



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

PROGRAMA DE ATIVIDADES PRODUTIVAS DO COMPONENTE INDÍGENA DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL (PBA-CI) DA UHE BELO MONTE

Avaliação das Atividades e Projetos apoiados pela
Norte Energia S.A

Segunda Etapa
(Relatório)

Brasília-DF

Julho/Agosto -2014



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

EQUIPE TÉCNICA

Roberto Lima da Costa (Organizador)

FUNAI/ Técnico em Agropecuária/Biólogo/Especialista em Educação e Meio Ambiente e Educação Ambiental.

Carlos Viane Torres da Silva

FUNAI/ Técnico em Agropecuária.

Edmilson Medeiros de Souza (Organizador)

FUNAI/Antropólogo/Geógrafo e Mestre em Educação (Área de Especialização: Políticas Públicas e Gestão Institucional Escolar).

Francisco Naefe Pinto

Chefe da C.T.L. nº 06 – CR do Centro-Leste do Pará – PA.

Udirley de Oliveira Garcez

Terceirizado, responsável pela Configuração, Montagem e Estrutura do Relatório (Primeira e Segunda Etapas).

COSTA, Roberto Lima da; SOUZA, Edmilson Medeiros de. (Orgs.).
Programa de atividades produtivas do componente indígena do
Plano Básico Ambiental (PBA-CI) da UHE Belo Monte: avaliação
das atividades e projetos apoiados pela Norte Energia S.A. –
segunda etapa (relatório). – Brasília: FUNAI, 2014.
84p. Ilust.

1. Atividades Produtivas 2. Subsistência Indígena 3. Plano Básico
Ambiental 4. UHE Belo Monte I. Título

CDU 502

Catálogo – Cleide de Albuquerque Moreira – CRB 1100



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. BREVE HISTÓRICO DOS POVOS ARARA, PARAKANÃ, KARARAÔ, ARAWETÉ, ASURINI E XIKIN.....	7
2.1. Arara	7
2.2. Parakanã	16
2.3. Kararaô	22
2.4. Araweté.....	26
2.5. Assurini.....	36
2.6. Xikrin.....	39
3. OBJETIVO	45
4. METODOLOGIA DE LEVANTAMENTO, TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.....	45
4.1. Do Objetivo da Formação da equipe de avaliação	455
4.2. Da coleta de dados	466
4.3. Linhas de Atuação	48
5. CONSIDERAÇÕES E SUGESTÕES AO ETNODESENVOLVIMENTO	50
5.1. Considerações.....	50
5.2. Roças de subsistência	52
5.3. As Atividades ou projetos de avicultura.....	53
5.4. As casas de farinha	53
5.5. A cultura do cacau	53
5.6. A atividade de fruticultura.....	54



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

5.7. Construção de Barracão (Paiol).....	54
5.8. Materiais para construção de canoas.....	54
5.9. Limpeza de Castanhais.....	55
5.10. Pesquisa de Mercado.....	55
6. ALGUMAS INSATISFAÇÕES, REIVINDICAÇÕES, AÇÕES NÃO REALIZADAS E INSEGURANÇA ALIMENTAR INFORMADAS PELAS COMUNIDADES INDÍGENAS VISITADAS PELA EQUIPE TÉCNICA.....	55
7 – RELATOS DE INDÍGENAS E OUTROS ATORES.....	58
7.1. Sugestões e Recomendações.....	58
8 – REFERÊNCIAS.....	61
ANEXO.....	63



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

Apresentação

Este documento apresenta-se como um Relatório de avaliação das atividades e projetos apoiados pela Norte Energia, referentes ao *Programa de Atividades Produtivas* do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA-CI) da UHE Belo Monte nas Terras Indígenas Apiterewa, Araweté, Arara, Kararã, Koatnemo e Trincheira Bakajá, nos Municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Pacajá, São Felix do Xingu, Sozél, Senador José Porfírio, Medicilândia e Uruara no Estado do Pará, sendo a segunda etapa, como forma de subsidiar um novo processo de discussão referente aos projetos de Etnodesenvolvimento implantados e supervisionados pela ENGETEC/AGRAR, responsável pelos Programas de Atividades Produtivas e de Supervisão Ambiental, bem como as fragilidades identificadas durante avaliação do PAP - Programa de Atividades Produtivas para essas referidas Terras Indígenas.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

1. INTRODUÇÃO

Este Relatório trata-se de uma avaliação das atividades propostas nos Projetos do Programa de Atividades Produtivas – Componente Indígena (PAP-CI) que tem por objetivos a valorização e a contribuição para o fortalecimento das atividades produtivas dos povos indígenas da área de inserção do empreendimento da UHE de Belo Monte, visando sua segurança alimentar e geração de renda para melhoria da qualidade de vida desses povos.

Neste caso, não justifica precisar o escopo desta avaliação e historiar brevemente os compromissos assumidos pelo empreendimento UHE Belo Monte, haja vista já ter sido historiado no Relatório da Primeira Etapa com o título *Programa de Atividades Produtivas do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA-CI) da UHE Belo Monte - Abril de 2014*.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

2. BREVE HISTÓRICO DOS POVOS ARARA, PARAKANÃ, KARARAÔ, ARAWETÉ, ASURINI E XICRIN.

2.1. Arara

Os Arara ficaram famosos por sua belicosidade e pelos troféus que capturavam dos corpos dos inimigos - cabeças para flautas, colares de dentes e escalpos de face. Mas há muito tempo também que sua facilidade de interação com o mundo exterior, e mesmo para a incorporação de estranhos ao mundo nativo chama atenção para outros aspectos de seu modo de vida. A superposição virtual entre a paixão guerreira e a disposição constante para o estabelecimento de relações solidárias e generosas parece ter sido uma marca de um mundo Arara que hoje cede o passo às relações de contato com o mundo dos brancos.

O contexto da atração, considerados extintos por volta da década de 1940, quando escasseiam notícias sobre sua movimentação pela região, os índios conhecidos por "Arara" no vale do Médio Rio Xingu voltaram à cena com a construção da rodovia Transamazônica, no início dos anos de 1970. O trecho que hoje liga as cidades de Altamira a Itaituba, no Estado do Pará, passou a poucos quilômetros de uma das grandes aldeias onde vários subgrupos Arara se reuniam no período de estiagem. A estrada cortou plantações, trilhas e acampamentos de caça tradicionalmente utilizados pelos índios. O que antes já era um povo pequeno foi apartado pela estrada denominada de "estrada da integração nacional": seu leito principal, suas vicinais, seus travessões, suas picadas e clareiras acessórias formaram barreiras, impedindo o trânsito dos índios pelas matas e impondo limites à tradicional interação entre os subgrupos que, vivendo dispersos pelo território, articulavam-se numa rede intercomunitária coesa.

A consolidação do longo processo de atração, a partir de fevereiro de 1981, depois de mais de uma década de frustradas tentativas de contato, encontra alguns dos subgrupos Arara já desunidos e afastados. Pelo menos quatro deles ao sul do leito da nova rodovia, na altura do km 120, aglutinaram-se para enfrentar a penetração não indígena no território. Um outro ao norte, isolado e em fuga constante, é contatado em 1983, já com a ajuda daqueles contatados dois anos antes. Ainda mais um é contatado em 1987, já muito longe dos demais, apartado dos outros por razões internas ao povo Arara, mas cada vez mais isolado e restrito aos cantos mais ermos do território devido à ocupação e à exploração econômica avivadas na área indígena. Este último subgrupo talvez seja aquele submetido à situação pós-contato mais dramática, que ainda perdura pela indefinição oficial sobre as áreas destinadas aos Arara.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

Histórias e origens

Um mito de origem do mundo terreno explica o padrão de dispersão territorial que historicamente os Arara mantinham no interflúvio dos Rios Tapajós-Tocantins.

Originado num cataclismo celeste, segundo as suas mitologias, causado por uma enorme briga entre parentes, o mundo terreno foi o palco de um acordo político entre aqueles que, por serem causadores da tragédia inaugural, foram condenados a viver no chão. A divisão em pequenos subgrupos, independentes e autônomos, mas integrados numa rede de prestação intercomunitária, sobretudo para as temporadas de caça e festas, teria sido estabelecida como uma espécie de pacto a garantir a não repetição dos conflitos que deram origem à vida terrena. Também o etnônimo de que se servem tem relação com o mito de origem: *Ukarãngmã* - quase que literalmente "povo das araras vermelhas"- é como se denominam, numa referência à participação que aqueles pássaros teriam tido logo após a tragédia que deu origem ao mundo terreno. No mito, foram às araras vermelhas que tentaram levar de volta aos céus muitos dos que de lá caíram.

Falantes de uma língua da família Karib, os Arara pertencem à mesma sub-família dialetal - também chamada de Arara - que incluía os Apiacá do Tocantins (extintos), os Yaruma (extintos) e os Ikpeng, hoje no Parque Indígena do Xingu, povos que viviam dispersos por um amplo território que abarcava todo o vale do alto e médio Xingu e o rio Iriri. Em termos geográficos, os povos indígenas desta subfamília Arara ocupam umas posições geográficas intermediárias em relação às maiores concentrações demográficas de falantes de línguas da família Karib: o maciço das Guianas e os formadores do Alto Rio Xingu.

Entretanto, a região dos Rios Ronuro, Batovi, Kurisevo, Kuluene e Stein (justamente os formadores do Rio Xingu, hoje área do Parque Indígena homônimo) é o lugar mais provável da dispersão original dos povos desta subfamília dialetal. Seu deslocamento pela bacia do Rio Xingu parece ter coincido com um movimento migratório Kayapó, que partiu dos campos do rio Araguaia em meados do século passado e atingiu a região do Médio Rio Xingu, já no início do século XIX e início do século XX.

Toda a região entre os Rios Tapajós e Tocantins (o vale do Rio Xingu) parece ter sido um lugar de movimentação constante de grupos indígenas, até o início do segundo quartel deste século, quando levas migratórias oriundas do nordeste brasileiro começam a alterar a dinâmica demográfica da região afetando as populações indígenas já ali instaladas.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

Narrativas míticas Arara apontam a margem direita do Xingu como o lugar onde tudo teria começado: a formação do mundo atual, a geração do povo Arara, a dispersão dos subgrupos e o início dos conflitos com os inimigos "tradicionais". Dados históricos confirmam o trânsito dos Arara por entre as duas margens do médio Rio Xingu até a fixação na sua margem esquerda, junto ao rio Iriri, depois de cruzarem o Rio Xingu já abaixo da "Volta Grande", por volta de meados do século XIX.

As informações históricas tais como as referências a conflitos com caçadores e trabalhadores em obras públicas, quanto à memória dos velhos indígenas Arara apontam para a região próxima a Altamira, já abaixo da foz do Rio Iriri, como o lugar da maior concentração de assentamentos de subgrupos Arara no passado. Ocupando a região do divisor de águas, entre o oeste do Rio Xingu, o leste do Rio Tapajós e o sul do baixo Rio Amazonas desde meados do século XIX, os Arara tinham à sua disposição recursos naturais oriundos da bacia do Rio Xingu e também das águas que correm para o Rio Amazonas.

Já na sua expedição ao Xingu, em 1896, o viajante Henri Coudreau mencionava a existência dos "Araras bravos" - subgrupos então sem qualquer contato com o branco - à esquerda do Rio Xingu, na região entre o Rio Curuá (à esquerda do Alto Rio Iriri) "até não longe do Amazonas". Lugar estratégico de multiplicação das possibilidades de adaptação ecológica e da otimização da utilidade dos recursos diversos que caracterizam as bacias do Rio Xingu e do Rio Amazonas, o divisor de águas permitia a cada grupo local, dependendo de sua localização particular, diferenças sutis quanto ao padrão de utilização de matérias-primas desigualmente distribuídas no território (as tabocas para flechas, as palhas para trançados e cestarias, e a maior ou menor ocorrência das palmeiras de inajá para a extração de uma bebida típica etc). Ao mesmo tempo, o divisor de águas dava aos Arara o acesso a territórios de caça diferenciados e, por isso, mais produtivos em função das diferenças entre as estações de seca e chuva durante o ano.

Contato com a sociedade nacional

A história do contato dos Arara com a sociedade nacional é relativamente longa. Desde 1850 há notícias de contatos pacíficos entre índios Arara e moradores da região ribeirinha dos Rios Xingu e Iriri nas proximidades de Altamira. Em 1853 eles figuram pela primeira vez nos registros oficiais, constando dos relatórios do Presidente da Província do Pará, depois de aparecerem pacificamente no baixo rio Xingu. Em 1861, um grupo Arara permanece cerca de dez dias entre seringueiros abaixo da Cachoeira Grande do Iriri. Em 1873, o Bispo Dom Macedo Costa leva alguns Arara para Belém. Entre 1889 e 1894, eles são perseguidos por seringueiros na região do divisor de águas Amazonas-Xingu/Iriri. Durante sua expedição ao Xingu, em 1896, Coudreau encontra apenas uma única índia Arara, mas recolhe mais informações sobre eles: o seu caráter pacífico e errante em toda a região do Xingu e do Iriri, a comentada beleza de sua mulheres, a sua miscigenação com outros povos indígenas e, principalmente, sobre a



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

existência dos "Arara bravos". Nas primeiras décadas deste século, os Arara chegam a visitar, em diferentes oportunidades, a cidade de Altamira.

Em momentos variados da história, muitos subgrupos Arara foram forçados a pequenas migrações no amplo território que ocupavam, seja por ataques de outros grupos indígenas (Kayapó e Juruna) seja por perseguições de seringueiros, caçadores ou colonos.

Desde o início dos anos de 1950, gateiros e seringueiros do rio Iriri encontravam acidentalmente os Arara, que até o final da década costumavam aparecer em antigas moradas nas margens do rio.

Em 1961 os Arara chegaram a ser acoitados pela Polícia de Altamira, que teria perseguido os índios para vingar a morte de um animal de estimação de um colono das cercanias da cidade. Em 1963 caçadores de tartaruga que subiam o Penetecaua são atacados pelos índios, que derrubam árvores para fechar o canal e emboscar os caçadores. Em 1964 o sertanista Afonso Alves da Cruz percorre os caminhos dos índios no Penetecaua: eram largos, grandes e muito limpos, como se houvesse o trânsito constante de uma população considerável. As plantações eram também avantajadas. Estimou-se o grupo em mais de 300 indivíduos. Os anos de 1964 e 1965 assistem a uma enorme movimentação de um grande grupo Kayapó (*Kubenkankren*) naquela região, onde teriam ocorrido os maiores conflitos com os Arara. Estes conflitos com os Kayapó ainda frequentam a memória e o imaginário Arara como causadores de fugas, separações e desaparecimento de vários dos antigos grupos locais.

Os anos finais da década de 1960 assistem a uma mudança profunda na dinâmica de toda a região próxima à cidade de Altamira, com o início das obras de construção da rodovia Transamazônica e a radical transformação do perfil da região. Planejada para passar exatamente nos divisores de águas das bacias do Xingu/Iriri e do Amazonas (dadas as suas melhores condições geomorfológicas para a construção de uma estrada que deveria perenizar-se), a Transamazônica passou a se impor como uma "barreira" espacial inexistente anteriormente. Cortando ao meio o território tradicionalmente usado e ocupado pelos Arara (o divisor de águas), a nova rodovia se tornou marco e limite da possibilidade de interação entre vários subgrupos. O impacto da implantação dos novos projetos em torno do leito da rodovia Transamazônica sobre o modo de vida tradicional dos Arara afetou principalmente o padrão de dispersão espacial e articulação política dos grupos locais e a possibilidade de exploração extensiva dos ecotipos diferenciados (microambientes dos igarapés pertencentes às bacias do Amazonas e do Xingu/Iriri). A aglutinação estratégica de vários grupos locais em aldeias muito próximas para enfrentar as pressões da penetração não indígena na região, e a limitação do território utilizável apenas à bacia do Xingu/Iriri, com a restrição do acesso à maior parte dos igarapés da bacia do Amazonas (que ficaram ao norte da rodovia) e a conseqüente perda da flexibilidade na utilização de ecotipos diferenciados, foram os resultados mais evidentes dos projetos que vieram a reboque da nova rodovia.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

Subgrupos, áreas e aldeias

Tradicionalmente, uma rede intercomunitária de prestações múltiplas estabelecia as relações entre os vários subgrupos e definia os princípios básicos da vida social: a autonomia política e a independência econômica conjugavam-se à colaboração para os ciclos rituais; as alianças matrimoniais, por outro lado, dado o princípio residencial que os Arara seguem, dispersavam os homens e seus vínculos por vários dos subgrupos pertencentes à rede intercomunitária. A possibilidade de que estes padrões tradicionais da vida social Arara (dispersão e independência, articulação e aliança) pudessem efetivar-se na prática dependia, obviamente, da capacidade de cada subgrupo se relacionar com os demais. Sua história recente, marcada por deslocamentos forçados e pela procura de novos lugares para moradia e exploração econômica, a salvo das penetrações exógenas no território, modificou os critérios de escolha para os assentamentos de cada grupo local: não mais a busca de autonomia e independência como condição para a colaboração ritual e para as alianças matrimoniais; a simples possibilidade de sobrevivência física colocava-se em primeiro lugar. A escolha de novos assentamentos não obedecia mais à dupla condição de manter a autonomia e a independência e permitir, ao mesmo tempo, a articulação periódica com os demais grupos locais. Contra a forma da dispersão espacial tradicional, contra a autonomia política e a independência econômica somadas à colaboração ritual e às alianças matrimoniais, a história recente dos Arara impôs limites na possibilidade de atualizar o modo como operava a rede de prestações intercomunitárias.

A situação pós-contato trouxe uma realidade de redução espacial, com a consequente perda da possibilidade de exploração territorial ao modo tradicional, e de aglutinação e concentração demográfica de vários dos antigos subgrupos. Há duas áreas legalmente definidas para os Arara, com situação jurídica e fundiária distinta: a Terra Indígena Arara e a Terra Indígena Cachoeira Seca do Iriri. A primeira é relativa aos subgrupos contatados entre 1981 e 1983, e a segunda, àquele subgrupo contatado somente em 1987. A área ao norte da rodovia Transamazônica foi completamente abandonada pelos índios, tanto como moradia, quanto como território de exploração econômica.

Todos os índios contatados entre 1981 e 1983 acabaram sendo aldeados ao sul do leito da rodovia, inicialmente em duas aldeias diferentes e, posteriormente, em uma única aldeia. Hoje em dia, a maior parte dos Arara vive numa aldeia levantada pela FUNAI após o contato, dentro da TI Arara, localizada nas proximidades do igarapé Laranjal, cuja população soma pouco mais de 100 indivíduos. Uma pequena parcela da população, em torno de duas dezenas de pessoas, que antes também viviam na aldeia do Laranjal foi deslocada para um posto de vigilância da FUNAI construído às margens do leito da Transamazônica, formando o núcleo de um outro "grupo residencial". A TI Arara tem um total de 148 habitantes indígenas.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

O mais afastado, e ainda relativamente isolado dos demais, é o subgrupo contatado em 1987, aldeado nas proximidades do igarapé Cachoeira Seca, no alto rio Iriri, na TI Cachoeira Seca, contando com 56 indivíduos, todos descendentes de uma única mulher (em 1994 ainda vivia na região).

Antes do contato, os grupos locais eram integrados numa grande rede de prestações múltiplas (econômicas, cerimoniais, matrimoniais etc.). As grandes reuniões realizadas na estação seca serviam também ao propósito de reunir estes vários grupos dispersos espacialmente. Hoje, a despeito da redução de vários grupos locais a uma única aldeia, transformados assim em grupos residenciais, eles ainda atuam basicamente como se estivessem na situação tradicional, com grande independência e autonomia. O impacto do contato se fez sentir principalmente nos arranjos residenciais: a morte de alguns velhos líderes e sogros durante e logo após o processo de atração quebrou vínculos entre pessoas que reorganizaram suas relações em outros grupos residenciais. Ainda que não se possam subestimar os prováveis efeitos do longo processo de contato, desde o final da atração a população Arara tem tido um crescimento demográfico bastante razoável. Algo em torno de 30% da população já nasceu na situação de contato permanente com a sociedade nacional. É claro que tais mudanças trouxeram algumas consequências, mas ainda não parecem ter alterado os principais traços da vida social Arara, nem o estatuto fundamental dos subgrupos.

Na aldeia do Laranjal, cada um dos antigos grupos locais acabou por aglutinar-se, no geral, num mesmo grupo residencial, como expressão de sua natureza coletiva. Tais unidades residenciais se caracterizam como grandes casas coletivas, centradas sobre a figura de um homem já velho, pai da maior parte das mulheres e sogro dos homens adultos que ali vivem. Malgrado serem nomeados apenas pelo nome de seu velho líder e não terem um estatuto jurídico muito claro, tais grupos residenciais têm um evidente reconhecimento público quanto a seu caráter social: cada indivíduo é dito e tido como pertencendo a um grupo residencial específico, e as casas coletivas funcionam de fato como unidades sociais independentes e que, para vários aspectos, da vida social, operam como uma espécie de sujeito coletivo.

Diferente da aldeia do Laranjal, a aldeia levantada pelos índios junto ao Posto da FUNAI no igarapé Cachoeira Seca apresenta-se simplesmente como um pequeno aglomerado desordenado de casas ocupadas por unidades conjugais diferentes. Certamente porque, em se tratando de um único grupo local, cujo isolamento dos demais é produto de sua história peculiar, a configuração residencial ali ganhou mais indeterminação.

Os grupos residenciais são formados por uma junção de lógicas distintas. Os casamentos são definidos sobre a base mínima de exogamia de grupo natal. A residência uxorilocal, quase que compulsória para o primeiro casamento de um homem (os Arara são, no geral, poligínicos), é um princípio importante de recrutamento, mas que concorre com opções individuais de escolha sujeita a variações (prestígio e afinidades pessoais, pactos de solidariedade e cooperação entre pessoas etc). Se as relações de



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

afinidade formam um dado importante na composição dos grupos residenciais, outra condição é a necessidade de que os grupos residenciais se comportem como unidades eficientes de cooperação: um número razoável de homens adultos, solidários nas tarefas coletivas que os grupos devem desempenhar (a caça na estação seca, o preparo de uma roça coletiva, etc.). Afinidade e a necessidade de cooperação são princípios que organizam os grupos residenciais: a afinidade implicando numa forma de cooperação compulsória (um modo concreto de "serviço da noiva" a ser prestados a sogros e cunhados), que os Arara tentam evitar, e as relações de consanguinidade e de "amizade formal" que os Arara reconhecem (parcerias de caça e parcerias de guerra) numa outra forma de cooperação, menos tensa e mais amistosa (mas que, virtualmente, seria tão compulsória quanto a primeira).

Há uma larga margem de imponderabilidade nas razões que orientam as escolhas pessoais que influenciam o modo de distribuição da população por entre as várias casas. Na aldeia do Laranjal, por exemplo, há três grupos residenciais reconhecidos, mas cinco casas diferentes: duas delas são habitadas por unidades conjugais que, por razões peculiares, são autônomas na moradia, mas socialmente integradas em grupos residenciais maiores.

Os Arara não possuem um termo específico para "aldeia", reunião de casas em um espaço comum. A indistinção entre casa e aldeia aponta também para o fato de que, como no passado, e não muito remoto, uma única casa pode ser toda a extensão da moradia de um grupo local; sem o reconhecimento de uma "aldeia" propriamente dita, espaço de reunião de diferentes moradias, os Arara veem como co-extensivas, a casa e a aldeia.

Economia, cosmologia e vida ritual

Atualmente, a aldeia do Laranjal é o palco privilegiado da vida social Arara. O posto de vigilância e a aldeia da Cachoeira Seca, como espaços de apenas um único grupo residencial, carecem de formas coletivas mais elaboradas de interação, cujo tempo e lugar se dão no pátio da principal aldeia e, principalmente, durante a estiagem, período das grandes caçadas e das festas que as acompanham.

Os ciclos econômicos e rituais convergem para a estação seca. Toda a agricultura, cuidada durante o período úmido do ano, serve não apenas aos propósitos da alimentação cotidiana quando as grandes caçadas inexistem. Ainda que a preferência explícita recaia sobre a macaxeira, quase tudo o que plantam além dela - batata, cará, milho, e frutas como abacaxi, banana etc. - servirá para a fabricação de uma bebida fermentada, concebida como a contra dádiva necessária para as caçadas que acontecerão tão logo as chuvas cessem e a floresta esteja outra vez seca o suficiente para os caçadores seguirem trilhas e pistas dos animais. As trocas da carne de caça pelas bebidas fermentadas pedem sempre uma grande elaboração ritual, na qual os grupos residenciais expressam seu caráter coletivo: um grupo caça, outro fabrica bebida para retribuir as carnes que receberão. Durante toda a estação seca é isto o que se vê na



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

aldeia do Laranjal: um grupo partindo para uma longa caçada, outro se ocupando de colher das roças tudo o que pode ser transformado em bebida.

Do ponto de vista do simbolismo associado aos ritmos econômicos, carne e bebida se articulam num sistema cujo eixo principal é a doutrina nativa sobre a circulação de uma substância vital, a que chamam *ekuru*. Passando do sangue dos animais abatidos à terra, e desta aos líquidos que nutrem e fazem crescer os vegetais, a substância vital é o objeto principal do desejo, e não apenas dos seres humanos, mas também de todos os seres que habitam o mundo: objeto de uma predação generalizada no mundo, a substância vital *ekuru* é o que os humanos buscam adquirir através da morte dos animais na caça e da transformação dos vegetais na bebida fermentada, chamada *piktu*, fonte primordial de aquisição de substâncias vitais pelos humanos.

A capacidade da terra em reprocessar as substâncias vitais, transformando-as nos nutrientes dos vegetais com os quais os humanos fazem bebidas, orienta também as práticas funerárias Arara. De hábito, os Arara não enterram seus mortos, mas lhes reservam uma plataforma na floresta, no interior de uma pequena casa funerária levantada especialmente para cada ocasião. Afastado da terra, o morto deve ir secando gradativamente, perdendo o que ainda lhe restava de substâncias vitais para o conjunto de seres metafísicos que passam a rondar os cadáveres, alimentando-se daquilo que antes dava vitalidade ao defunto. A funerária Arara é, assim, uma espécie de devolução das substâncias vitais que os humanos extraem do mundo; uma troca ou reciprocidade escatológica para com os demais seres do mundo.

Por outro lado, a circulação de *ekuru* se dá, entre os vivos, pelas trocas de carne por bebida, que se dão principalmente nos ritos que seguem o retorno dos caçadores. Deste modo, os ritos são o modo pelo qual a doutrina nativa de circulação da substância vital se transforma num princípio de articulação dos vários subgrupos num esquema de reciprocidade e dependência mútua. As atividades econômicas (caça e agricultura), os princípios de estruturação social (a divisão dos subgrupos) e as percepções nativas sobre o funcionamento do mundo ganham consistência nas práticas rituais associadas às trocas de carne por bebida. E, por estar associado às concepções nativas sobre o funcionamento do mundo, o xamanismo também tem aí o seu lugar.

O xamanismo Arara é uma instituição dispersa, difusa e generalizada entre os homens. Curadores e agentes da mediação com as potências metafísicas, todos os homens são iniciados e praticam pelo menos em parte as técnicas e artes xamânicas. E cabem eles também, ou pelo menos àqueles que desfrutam de algum prestígio ligeiramente maior, garantir, junto às potências metafísicas, as condições para que as caçadas e os ritos que fazem circular carnes e bebidas entre os vários subgrupos se concretizem.

Dentre as condições simbólicas da caça, há um rito reservado aos xamãs que, no interior da mata, dirigem fórmulas mágicas às entidades metafísicas que controlam as espécies animais (os *oto*) para pedir filhotes para serem criados pelos humanos. A



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

captura de animais para criação é, assim, concebida como produto da intercessão de um xamã junto ao *oto* que controla aquela espécie particular. Por outro lado, o pedido de filhotes para criação, interdita a caça de animais daquela espécie para o envolvido no rito mágico. Porém, tal interdição a que um xamã se sujeita não se estende a nenhum outro homem que, perambulando pelas matas, pode sem qualquer constrangimento abater os animais.

De outro lado, as músicas que os Arara tocam durante os longos ciclos de festas da estação seca estão também intimamente relacionadas às representações nativas sobre as condições e práticas das caçadas. As longas trombetas executam peças melódicas conhecidas por sua relação com as principais espécies animais que são caçadas. Tocadas em grupos ou parcerias formais, as trombetas anunciam a morte dos animais para seus protetores espirituais ao mesmo tempo em que servem como pretexto para o retorno dos caçadores à aldeia, depois de sua quase sempre longa estada na floresta. É pela sequência das músicas que são tocadas na aldeia que os caçadores acompanham o andamento das etapas rituais que preparam sua chegada, quase sempre simulando uma invasão agressiva da aldeia que se dissolve pela oferta de *piktu* aos caçadores que entraram em confusa correria. A série ritual das músicas então continua, não mais com as músicas instrumentais relativas às relações com os animais e seus guardiões, mas com as músicas vocais, que são verdadeiros diálogos cerimoniais cantados para estabelecer as relações entre seres humanos, melhor, entre os que foram à caça e aqueles a quem cabe oferecer a bebida aos que trazem carne.

Através de toda sua simbologia, os grandes ritos associados às caçadas coletivas são também um eficiente mecanismo através dos quais valores éticos e morais se manifestam se concretizam e servem à constituição de uma ideia nativa de sua coletividade. Uma intrincada rede de valores e princípios de interação relativos à boa conduta, à gentileza, à solidariedade e à generosidade tem, nos ritos, seu lugar privilegiado de expressão.

Situação atual

Dois são os grandes problemas com que os Arara se veem às voltas na atualidade. Um deles é a recorrente situação das terras indígenas, com a indefinição oficial sobre a TI Cachoeira Seca do Iriri, sempre projetada para ser contígua à TI Arara, permitindo a reconstrução dos processos tradicionais de interação com o subgrupo lá aldeado e a garantia do necessário suporte espacial e ambiental para a reprodução do modo de vida Arara em seus próprios termos.

Atualmente existem na terra indígena Arara, três aldeias consolidadas à margem do rio Iriri, quais sejam Arara Laranjal, Arombi e Magarapi.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

2.2. Parakanã

Os Parakanã são remanescentes de uma numerosa população tupi-guarani que habitava o interflúvio Xingu-Tocantins e que foi dizimada pelas guerras e epidemias coloniais. Contatados em momentos e locais distintos entre 1971 e 1984, somam cerca de 800 pessoas (2002) e habitam dois territórios distintos: um na bacia do rio Tocantins (T.I. Parakanã), onde vivem mais de 500 pessoas (Programa Parakanã) e outro na bacia do rio Xingu (T.I. Apyterewa), onde se encontram 271 pessoas (Funai/AER-Altamira - 2002). 'Parakanã' não é uma autodenominação. Eles se dizem Awaeté, 'gente de verdade', em oposição a Akwawa, categoria genérica para estrangeiros. Dizem-se descendentes dos Apyterewa, denominação de um dos grupos tupi-guarani que compunha, no passado, um sistema multialdeão no interflúvio Xingu-Tocantins. No final do século XIX, um conflito interno levou à formação dos dois grandes ramos Parakanã: os Parakanã Ocidentais e os Parakanã Orientais. Os primeiros, após o conflito, dirigiram-se para oeste, e, hoje, concentram-se na região do Bacajá e rio Xingu (T.I. Apyterewa), enquanto os segundos habitam exclusivamente a T.I. Parakanã localizada na bacia do Tocantins. As primeiras tentativas de reduzir os Parakanã à administração estatal ocorreram na década de 1920.

A região de Marabá e Tucuruí passava por acentuado crescimento econômico, baseado na coleta de castanha. O desenvolvimento da região conferiu impulso à construção da Estrada de Ferro do Tocantins ligando as duas cidades. Começaram então a se multiplicar os ataques de indígenas a trabalhadores e moradores, ao longo da linha férrea. O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) foi chamado para realizar a pacificação dos índios. Em 1928, o SPI fundou o Posto de Pacificação do Tocantins, no km 67 da Estrada de Ferro, o qual seria frequentado pelos Parakanã ao longo da década seguinte. Os conflitos guerreiros intertribais intensificaram-se entre 1939 e 1953, e durante este período, os Parakanã Ocidentais mantiveram-se à distância do Posto de Pacificação, já rebatizado Posto de Atração do Pucuruí. Com a 'pacificação' dos Assurini em 1953, retomaram suas visitas regulares que perdurariam até meados dos anos 1960, sem haver, contudo, a consolidação do contato. Nesse momento, o contexto regional começou a mudar com o avanço da atividade madeireira. Os não índios aproximavam-se do núcleo do território dos Parakanã, gerando insegurança para o grupo. Na segunda metade da década de 1960, a crescente presença não indígena no rio Pacajá, levou os Parakanã Ocidentais a aprofundar o deslocamento para oeste, para onde acreditavam não haver 'brancos'. Um subgrupo rumou em direção ao rio Bacajá, mas foi repellido pelos Xikrin (grupo Kaiapó).



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

Este fato se deu em 1969 e os Parakanã sofreram 13 baixas (entre mortos e raptados). Rumaram, então, para a região do Pacajá, procurando nova área onde pudessem viver tranquilamente. Entre 1970 e 1972, surgiu em um tributário do rio Cajazeiras (afluente do Tocantins), o rio do Meio, em busca de mandioca nas roças de colonos. Avisada da presença dos índios, a FUNAI enviou uma Frente de Atração ao local, que manteve contato durante dois meses com os Parakanã Ocidentais. Sem apoio da Base Pucuruí e sem mais presentes para oferecer, a Frente foi obrigada a se retirar, retornando no ano seguinte, quando parte do grupo já havia partido. Os Parakanã haviam rumado novamente para oeste.

A situação tensa conduziu a uma cisão: cerca de 200 pessoas dirigiram-se para as cabeceiras do rio Bacajá, enquanto uma parentela ('grupo do Akaria') com cerca de 50 pessoas seguiu para noroeste, alcançando o alto curso do rio Anapu, onde seria contatada em 1976. Transferido para a Reserva Pucuruí, área em torno do antigo Posto de Atração, um terço do grupo faleceu no primeiro ano após o contato. Os Parakanã se dirigiam para o interflúvio Xingu-Bacajá, entre 1974-76, atacaram os Araweté e os expulsaram para norte, instalando-se em um polígono limitado ao sul pelo igarapé São José (ou igarapé São Sebastião) a leste, pelo igarapé Lontra (ou igarapé Águas Claras) e, ao norte, pelo rio Branco de Cima e Bom Jardim. Esta área a que vieram ocupar era território tradicional Araweté, e seria invadida por madeireiros e posseiros nas décadas seguintes. A disputa por essa área relativamente preservada do avanço da colonização levou a novo conflito com os Xikrin do Bacajá. Em 1977, os Xikrin armados com espingardas mataram dezesseis Parakanã e raptaram nove no rio Branco de Cima. Este ataque sustou o avanço setentrional dos Parakanã no interflúvio Xingu-Bacajá. Eles decidiram, então, retomar a horticultura, que havia sido abandonada nesse conturbado período. Utilizando a *maniva* de aldeias Araweté abandonadas, abriram roças, e fixaram-se entre os igarapés Bom Jardim e São José.

Na década de 1980, algumas “fazendas” já atingiam a margem esquerda do igarapé São José, enquanto a atividade garimpeira penetrava mais além, alcançando as cabeceiras do rio Bacajá e do igarapé Bom Jardim. A expansão da fronteira econômica, baseada na associação entre exploração de madeira e atividade agropecuária, chegava à região, fechando o cerco aos Parakanã. Em 1980 e 1981, os índios promoveram saques à Fazenda Cajazeira, então em instalação, situada naquele igarapé. A Funai foi comunicada do fato. Em outubro de 1982, a equipe de topografia proveniente da Fazenda Castanhal (vizinha da Cajazeira) foi abordada pelos Parakanã no igarapé São José. Em 12/11/82, a fazenda foi saqueada pelos índios. Ao entrarem em choque com não índios que se aproximavam de seu território, os subgrupos Parakanã acabaram localizados e contatados pela Funai. O contato com o 'grupo de Namikwarawa', composto por 44 índios, se deu em janeiro de 1983, entre o igarapé São José e um afluente de sua margem direita, conhecido como igarapé Cedro. Após o contato, eles foram transferidos em aeronave para a R.I. Parakanã (hoje T.I. Parakanã), na região tocantina. Nos primeiros seis meses, onze índios faleceram. De fevereiro a maio de 1983, os Parakanã ainda não contatados rumaram para norte, fugindo ao contato e à aproximação das fazendas, e acabaram entrando em choque com os Araweté no igarapé



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

Ipixuna. Em maio, os Parakanã surgiram em dois garimpos entre as cabeceiras do Bom Jardim e as nascentes do Bacajá, tomando espingardas, instrumentos de metal, rede e farinha dos garimpeiros. Em dezembro de 1983, o auxiliar de sertanista Luis Moreira realizou o contato com 106 Parakanã entre as nascentes do igarapé Bom Jardim e do Bacajá. Em março de 1984, foi feito contato no Ig. Bom Jardim com o 'grupo de Axowyhá', formado por 31 pessoas. Fundou-se, então, naquele igarapé, o Posto Indígena Apyterewa, contando inicialmente com 137 pessoas. A chamada “pacificação” foi uma consequência da expansão da fronteira econômica sobre o território Apyterewa-Parakanã. Esta, porém, não cessou após o contato.

A transferência forçada do 'Grupo do Namikwara e o deslocamento do grupo maior para o baixo curso do igarapé Bom Jardim deixou desguarnecido o divisor de águas Xingu-Bacajá e permitiu o avanço da fronteira econômica sobre esta região. Durante os quatro primeiros anos após o contato, a situação de saúde dos índios foi muito delicada, levando-os a uma menor mobilidade e a um controle menos efetivo do território. Foi neste espaço de tempo que a exploração madeireira, principal responsável pela situação conflitiva que assistimos hoje, ganhou corpo.

A área de perambulação dos Parakanã contatados na década de 80 compreendia o Xingu a oeste, as cabeceiras do igarapé Bom Jardim, Rio Branco de Cima e Arroz Cru ao norte, as nascentes do rio Bacajá à leste e os afluentes do igarapé São Sebastião ao sul. Os Parakanã deslocavam-se em suas atividades produtivas no centro da mata, cortando as cabeceiras dos igarapés. Suas aldeias localizavam-se às proximidades de pequenos igarapés e áreas de cabeceira, nas imediações das nascentes do rio Bacajá, igarapé Bom Jardim e alto curso do São Sebastião. A expansão da fronteira econômica, de sul a norte, sobre o território Apyterewa-Parakanã, e a crescente penetração de garimpeiros, fazendeiros e madeireiros, forçava os índios a se deslocarem constantemente de um extremo ao outro de seu território. Esse movimento, no entanto, era limitado ao norte pelos Xikrin e Araweté, e ao sul, pela fronteira pioneira. Em 1988, época dos estudos de identificação e delimitação, os Apyterewa estavam fixados na aldeia homônima, localizada no igarapé Bom Jardim, afluente da margem direita do rio Xingu, com uma população de 145 índios. Posteriormente, entre 1996 e 1997, deslocaram-se para a margem direita do rio Xingu, onde foram formadas duas aldeias. Atualmente, a aldeia Apyterewa conta com 153 índios e a aldeia Xingu com 118 índios (AER-Altamira/FUNAI, 2002).

• **ATIVIDADES PRODUTIVAS**

Os Parakanã são caçadores especializados em animais terrestres. Antes do contato, desprezavam a maior parte da fauna aquática e arborícola, que são as mais densas da floresta tropical. A pesca era uma atividade secundária. Sua importância na



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

dieta restringia-se a poucos meses da estação seca, quando os rios vazavam e o pescado se concentrava em locais propícios ao uso do timbó.

O grosso de sua alimentação proteica provinha da caça seletiva de mamíferos e répteis. Das trinta e oito *folk species* de mamíferos (excluindo ratos, gambás e morcegos), os Parakanã Ocidentais só predavam sete. Mesmo alguns animais de grande porte, como o veado e a capivara, não eram predados. Quanto aos répteis, os quelônios aquáticos não faziam parte da dieta, nem mesmo o tracajá. Dentre os jacarés, apenas uma espécie (jakare'ona, 'jacaré-negro') era predada, mas só em ocasiões rituais. Os únicos mamíferos sobre os quais não recai qualquer restrição são anta, queixada e caititu, que ao lado de duas espécies de jaboti (*Geochelone carbonaria* e *Geochelone denticulata*), constituem as caças preferidas dos Parakanã. Estes animais possuem particularidades comportamentais, que têm repercussões sobre o padrão de assentamento.

Tanto jabotis como a anta tendem a serem os primeiros a desaparecer do entorno da aldeia, por serem muito vulneráveis à predação. Já os porcos selvagens são animais extremamente móveis, que não podem representar uma fonte regular de proteína animal para um grupo sedentário, embora ofereçam momentos de grande aporte alimentar. O queixada (*Tayasu peccari*) pesa entre 25 e 40 kg, e é encontrado em grandes bandos. Por ocorrerem de forma imprevisível e serem promessa de fartura, estes porcos são objetos privilegiados da arte onírica Parakanã. Na concepção nativa, os bandos jamais surgem ao acaso, mas são trazidos por um sonhador, que durante a noite os atrai até as proximidades da aldeia. Em conclusão, um grupo que dirija sua dieta preferencialmente para estas caças - jaboti, anta e porcos selvagens - deve possuir uma estratégia de subsistência bastante móvel, tal como ocorre com os Parakanã Ocidentais. Esta situação vem se transformando, ainda que lentamente, desde o contato. O tempo de permanência nas/das aldeias aumentou como consequência inevitável da estrutura dos Postos Indígenas da FUNAI e da necessidade de atendimento de saúde.

A crescente escassez no entorno, causada pela permanência mais prolongada em um mesmo local, foi compensada pelo consumo de duas espécies de veado antes desprezadas (*Mazama americana* e *M. gouazobira*) e pelo aumento na frequência do consumo de paca e de aves. A nova tecnologia introduzida, ademais, ampliou as possibilidades de caça, bem como a eficiência individual de cada caçador. Mas foi o consumo do pescado que, relativamente ao passado, teve um crescimento maior. Os peixes foram assumindo um papel cada vez mais importante no aporte de proteínas e passou a substituir, em particular durante a seca, o jaboti como alimento cotidiano. A introdução de linha e anzol tornou esta atividade uma empreitada menos coletiva e exigente, e os meninos com mais de oito anos passaram a contribuir de forma crescente na alimentação do grupo. Significativamente, já em 1988, a coleta obrigatória de jabotis após o ritual do *opetymo* havia sido substituída pela pesca. Estas transformações, somada à retomada da horticultura, contrabalançaram a menor mobilidade dos grupos Parakanã após o contato. Embora menos móveis, os Parakanã não abandonaram os trekkings. As expedições curtas de caça e coleta - três a quatro dias - ocorrem durante



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

todo o ano. Mas é na época das chuvas que eles partem por períodos mais longos, de até um ou dois meses. A época das chuvas é tida como propícia à caça, pois é quando amadurecem vários frutos consumidos pelos animais terrestres, que formam a base da dieta Parakanã. Normalmente dispersos durante o verão, esses animais se concentram sob as fruteiras, tornando mais fácil localizá-los. Além disso, após meses de seca, a mata torna-se mais generosa e a caça volta a engordar, ganhando a tão apreciada camada de gordura sob o couro. Alguns dos principais produtos de coleta, como castanha do Brasil, banana-pacova, bacaba, cupuaçu, frutão, entre outros, amadurecem nessa época. É também neste período que se encontram com generosidade larvas de palmeiras e *bicho-do-coco* (ou gongo), extremamente ricos em gordura. Durante o inverno amazônico, portanto, os Parakanã Ocidentais ainda realizam longas expedições de caça, dispersando-se em bandos e morando em acampamentos de mata. A aldeia passa a ser, nesse momento, uma base à qual se retorna para fazer farinha. No restante do ano, a aldeia jamais fica deserta: as saídas para expedição de caça ou pesca nunca envolvem uma parentela inteira, e não tem o efeito contagioso das partidas invernais. As expedições durante a seca, embora menos fartas em caça terrestre, são ricas em peixes (principalmente entre junho e julho), pois a vazante leva à concentração do pescado em alguns poucos locais e torna-o presa fácil.

Em outubro, há grande quantidade e variedade de mel. Em outubro e novembro, cacau-bravo e ingá também contribuem para a dieta alimentar Parakanã. Cada uma das aldeias domina certa parte do território, cujo uso é preferencialmente realizado por seus membros. Assim, os habitantes da aldeia Xingu tendem a explorar a região sul da T.I. Apyterewa, entre o igarapé São José e os afloramentos rochosos, com elevação discreta, que constituem o prolongamento da Serra do Bacajá no sentido leste-oeste. Já os habitantes da aldeia Apyterewa tendem a explorar a região compreendida ao norte desses afloramentos até o igarapé Bom Jardim. Dentro de cada aldeia, há também subdivisões no uso do território, sendo que certos caminhos de caça são explorados prioritariamente por certas parentelas, ainda que não haja usufruto exclusivo.

É mister notar que as atividades de caça e coleta encontram-se cerceadas a leste pela intensa intrusão não-indígena, bem como pela dilapidação dos recursos naturais. Por diversas vezes, na década de 1990, os Parakanã entraram em conflito com invasores nas nascentes do igarapé Bom Jardim, Bacajá e no médio curso do rio São José. A manutenção dessa economia de subsistência, que tem correlatos importantes em outras áreas da vida sociocultural Parakanã, só é viável em território amplo e preservado. A floresta amazônica apresenta, ao mesmo tempo, grande diversidade e baixa densidade de espécies. Não há concentração dos recursos, o que implica que um grupo humano deve percorrer uma área extensa para satisfazer suas necessidades de proteína animal. No caso de caçadores seletivos como os Apyterewa-Parakanã, esta área é ainda mais extensa. Além disso, para a reposição da caça, o território deve comportar regiões raramente predadas, áreas de refúgio, que permitam a reprodução da vida selvagem e a rotatividade das áreas de caça. As invasões da T.I. Apyterewa e, em particular, a exploração madeireira e a colonização têm atingido precisamente estas áreas, pois tem



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

afetado regiões de cabeceira e de centro de mata, em especial entre os rio Lontra e a nascente do Bacajá (regionalmente conhecida como rio Piranha).

O desmatamento causado pelas ocupações ilegais, visível por satélite, nesse polígono é extremamente grave. Grave é também a contaminação por mercúrio e o assoreamento dos principais cursos d'água da T.I Apyterewa, fundamentais tanto para a reprodução da vida animal como para as atividades de subsistência do grupo. O igarapé São José ao sul e o Lontra a leste encontram-se seriamente comprometidos; o Bom Jardim ao norte apresenta problemas em sua cabeceira; pode-se prever, ainda, que o avanço de colonos sobre a nascente do Bacajá virá a comprometê-la em breve. Em suma, toda a região de drenagem do divisor Xingu-Bacajá encontra-se afetada pelas intrusões. Estas intrusões colocam em risco a reprodução cultural do grupo, pois ao cercar sua liberdade de movimento no interior do território indígena e destruir o meio necessário ao seu bem-estar, impede a continuidade de suas atividades produtivas, segundo seus usos, costumes e tradições. A horticultura Parakanã é de tipo queima e coivara, tendo como principal produto a mandioca. Tradicionalmente cultivavam três variedades de mandioca-brava e duas de mandioca-doce, sendo que hoje possuem outras variedades introduzidas com o contato. As roças também cresceram em extensão graças à disponibilidade de machados de metal. Nelas, além da mandioca brava, plantam coletivamente milho, banana, arroz e feijão. O cará, a macaxeira e a batata-doce costumam ser cultivados por famílias nucleares.

A partir da cisão no final do século XIX, com a ramificação em dois grandes blocos Parakanã (os Parakanã Ocidentais e os Parakanã Orientais), cada um deles assumiu progressivamente modos de vida distintos quanto à mobilidade, padrão de assentamento e estratégias de subsistência, com ênfases divergentes na caça e na horticultura. Esta oposição poderia ser assim caracterizada: enquanto os Ocidentais foram progressivamente abandonando um modo de vida aldeão, ampliando os períodos de longas expedições na mata e baseando sua subsistência na caça e na coleta, os Orientais adotaram um padrão mais sedentário, ligado à horticultura de mandioca, com uma valorização da sociabilidade aldeã. Tais distinções estão associadas a outras na morfologia social e na estrutura política: enquanto os Ocidentais são indiferenciados social e politicamente, os Orientais dividem-se em metades exogâmicas com três patrigrupos e possuem chefes. Desde o contato, os Apyterewa-Parakanã apresentam grande vitalidade demográfica. Entre 1984 e 1995, a população cresceu cerca de 60%: eram 137 indivíduos no início de 1984 e, somavam 212 pessoas no final de 1995. Já entre 1996 e 2002, a população passou de 212 para 271 pessoas, um incremento menor, de cerca de 28% em 7 anos.

Um exercício hipotético permite estimar que, se a taxa média de crescimento demográfico se mantiver neste ritmo, a população Apyterewa-Parakanã dobrará a cada 19,5 anos, atingindo um total de cerca de 9 mil pessoas daqui há 100 anos. Esta taxa deverá variar (como já variou, tendo sido bem superior entre 1984 e 1995); qualquer crescimento demográfico expressivo, porém, terá efeitos importantes sobre a ocupação



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

do território, e a degradação atual da área indígena poderá vir a comprometer esse processo.

Atualmente existem na terra indígena Apiterewa, quatro aldeias consolidadas à margem do rio Xingu, quais sejam Kuarayapya (raio do sol), Xingu, Apiterewa e Paranapiona.

2.3. Kararaô

Os Kararaô são um subgrupo Kayapó. Embora os Kayapó são um grupo amplamente conhecido na literatura etnográfica e no imaginário nacional, os Kararaô são o subgrupo mais desconhecido deste povo (VERSWIJVER, 1992), pois nunca foram realizadas pesquisas sistemáticas sobre eles, em grande medida porque estiveram muito perto da extinção. Por isso, as informações sobre este subgrupo são muito fragmentárias e neste relatório temos poucas bases etnológicas para fazer uma boa caracterização deles, de igual maneira que nossa permanência na aldeia foi muito curta e não permitiu o levantamento de dados etnológicos profundos.

Todos os grupos Kayapó se autodenominam *Mebengokré*, “Gente do buraco d’água” ou “Gente do espaço entre as águas” (TURNER, 1992; VERSWIJVER, 1992; VIDAL, 1977), possivelmente aludindo à sua origem na região entre os rios Tocantins e Araguaia. O etnônimo Kayapó é de origem tupi e significa “como macaco”, sendo um termo que foi lhes atribuído por outros indígenas. No caso dos Kararaô, o etnônimo significa “grito de guerra” e não deixa de ter uma conotação pejorativa.

Os Kayapó pertencem ao tronco linguístico Jê setentrional, da família linguística Jê, e os seus parentes mais próximos são os Apinayé e os Suyá. A separação entre os Jê setentrionais deveu acontecer quatro séculos atrás, segundo dados de glotocronologia, um século depois da separação entre este tronco e o dos Timbira orientais (Krahô, Canela, Krikati e Gavião). Em algum momento do século XVIII, os precursores dos Kayapó atuais migraram para o leste, alcançando o Xingu e atravessando-o (Turner 1992). Com os anos, foram se produzindo fissões e segmentações que conduziram à formação de vários subgrupos, ora extintos ora sobreviventes, que se dispersaram por uma ampla área, que inclui o cerrado e a floresta tropical, nos estados de Mato Grosso e Pará.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 Fundação Nacional do Índio
 Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
 Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

TABELA 1: SUBDIVISÕES DOS KAYAPÓ

GRUPOS PRINCIPAIS	GRUPOS	SUBGRUPOS	ALDEIAS	POPULAÇÃO	
				1900 (Por Grupo Principal)	1991 (Por Grupo)
Goroti Kumrenhtx	Gorotire	Gorotire	Gorotire Kikretum Las Casas	3000	1890
		kuben-Kran-Krên	kuben-Kran-Krên A' Ukre Môikàràkô		
		Kôkramôô	Kôkramôô		
		Kararaô	Kararaô		
	Mekrãgnoti	Mekrãgnoti	Baú Mekrãgnoti (antes chamado Kubenkokre) Kenjam Pykany		980
		Metyktire	Kremoro (Kapôt) Metyktire Piarachu		
irã'amranh-re		Kren-re Nhangagakrin Kuben Ken Kam me Maranh Mjôt'yr	3000	0	
Xikrin (Purukarw'yt)	Xikrin (Purukarw'yt)	Xikrin	Cateté (Putkaôt) Djudjê-Kô	1000	650
			Bacajá Trincheira		
	Ôkôrekre Djo-re				
TOTAL				7.000	3.520

Os Kayapó tem uma população total de umas 6.000 pessoas e é um dos grupos mais populosos da Amazônia brasileira. Na atualidade, moram em 10 Terras indígenas:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

Baú, Las Casas, Kapotnhinore, Badjônkôre, Capoto Jarina, Kararaô, Kayapó, Mekragnoti, Trincheira Bacajá, e Xicrim do Cateté.

Aos Kayapó lhes foi atribuída a fama de ser um povo muito bravo e belicoso, não só pelos inúmeros enfrentamentos que tiveram com os frentes de colonização das suas terras, entre o final do século XIX e a metade do século XX, senão também pela sua exposição na mídia nos anos 80 e 90. Nessa época, tornaram-se célebres na mídia nacional e internacional pela ativa mobilização em favor de direitos políticos, da demarcação das suas terras, e pelo papel principal que ocuparam durante os protestos indígenas contra o projeto do complexo hidrelétrico do Xingu. No curso dessa mobilização, rostos como o dos líderes Raoni e Paulinho Payakã, tornaram-se mundialmente famosos, clicados pela imprensa ao lado de artistas, personalidades e grandes chefes de estado. Suas aparições espetaculares em Brasília, durante o processo da Assembleia Constituinte, e a intensa movimentação desses líderes em articulações no Brasil e no exterior foram a marca desse período, quando viraram os representantes visíveis da defesa pela floresta amazônica (ISA 2010)

A configuração atual dos grupos Kayapó resulta de um longo processo de mobilidade social e espacial, marcado pela constante formação de facções e cisões políticas. As histórias dessas trajetórias cheias de tensões, acusações de feitiçaria e epepias de líderes, povoam a memória dos Kayapó atuais (ISA, 2010). Após sua cisão do grupo ancestral que originou vários dos grupos Jê *Relatório Final TI Kararaô. Rodovia BR- 230 PA – Lote Altamira-Medicilândia*

Setentrionais e os Timbira, acontecida na região do Tocantins e o Araguaia, e após ter atravessado o rio Araguaia no começo do século XVIII, já que há informações históricas da sua presença na parte leste do Xingu desde 1750 (TURNER, 1992), os Kayapó cindiram-se no final do século XVIII. O grupo original permaneceu ocupando a região do rio Pau d'Arco, afluente do Araguaia e o grupo denominado Pore-kru, ancestral dos atuais Xikrin, rumou em direção ao norte. Os Kayapó do rio Pau d'Arco ou Kayapó do Araguaia se autodenominavam Irã'a mrayre ou Irã'amranh-re, foram contatados em 1896 por um missionário e foram extintos por volta de 1960, pois Nimuendajú (1940) encontrou só seis sobreviventes em 1940.

Segundo Verswijver (1992), entre 1840 e 1860, os Kayapó Gorotire se separaram dos Irã'amranh-re e se instalaram ao leste do Xingu. Os Gorotire, ainda hoje, são o grupo Kayapó mais numeroso e a partir dele, e em diferentes momentos, ocorreram várias cisões que deram origem aos Mekragnoti, Kubemkakrem e Kararaô, entre outros. Desde o final do século XIX aconteceram inúmeros enfrentamentos com seringueiros e colonos, que transmitiram a ideia da braveza dos Kayapó, e a partir de 1935 iniciaram-se os primeiros contatos pacíficos com a sociedade nacional.

Em 1935 ou 1936, um grupo de homens chamado de *mebêkarara'ô* fez uma longa expedição de caça, e durante sua ausência um líder Gorotire morreu. Os parentes do finado acusaram os Kararaô de ter feito feitiçaria pelo desejo do líder kararaô de



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

roubar a esposa mais nova do morto, e então mataram o irmão do líder dos kararaô e planejaram seu assassinato. Quando o grupo voltou na aldeia encontrou uma situação muito difícil e decidiram se separar (VERSWIJVER, 1992),

(...) Os membros deste grupo atravessaram o Xingu pensando reunir-se com os Mekragnoti, mas ao contatar um pequeno grupo de Mekragnoti, o líder dos Kararaô foi assassinado. Então, os Kararaô continuaram ao norte e quando chegaram ao baixo Iriri se separaram em dois grupos: um ficou no Iriri e o outro atravessou o rio e se assentou no Jaraucu (Idem, 1992, p.15).

Os Kararaô do Jaraucu se dividiram em duas aldeias: uma no Penetecaua e outra no Guajará. Os Kararaô do Penetecaua foram contatados *Relatório Final TI Kararaô. Rodovia BR- 230 PA – Lote Altamira-Medicilândia*

No final da década de 1930 e foram movidos pelo SPI (Serviço de Proteção aos Índios), em 1940, na vizinha de Porto de Moz. Ali, o contato com os habitantes locais produziu epidemias que reduziram a população indígena de 68 pessoas para 12. Esses 12 se embrenharam na floresta e se situaram perto de Altamira. Uma noite, foram atacados e massacrados pelos brasileiros e só um homem sobreviveu. Ele foi morar com os Kubemkakrem.

Por sua parte, os Kararaô do Guajará foram contatados em setembro de 1965 pelo SPI, após eles raptarem dois brancos, uma mulher grávida e uma criança (Arnaud e Alves 1974). O grupo de 48 pessoas foi levado a um PIN na confluência do Penetecaua e o Jaraucu. Ali, em 1967, uma epidemia de sarampo deixou unicamente 8 sobreviventes, 4 homens e 4 mulheres, que foram removidos pelo SPI: 3 pessoas foram se incorporar com os Xikrin do Cateté e 5 foram com os Xikrin do Bacajá (ARNAUD; ALVES, 1974).

Os Kararaô que ficaram no Iriri também se dividiram em pelo menos três pequenos grupos. Um grupo foi em direção do Curuá e se assentou no igarapé Limão. Em algum momento de 1950, segundo Arnaud e Alves (1974), foram atacados por uma expedição punitiva de um seringalista no Riosinho do Anfrísio (outro afluente do Curuá). Esses Kararaô foram contatados em 1957 pelo SPI. As 38 pessoas foram levadas ao PIN Curuá e se juntaram a um grupo Mekragnoti, com a ideia de introduzi-los o mais rápido possível na economia local. O PIN ficava em frente de Bom Fim, uma vila brasileira, e o contato produziu epidemias que rapidamente exterminaram tanto os Kararaô quanto esses Mekragnoti (Ibidem, 1992). Os poucos sobreviventes dos Kararaô passaram morar com os Mekragnoti da atual TI Baú.

O outro grupo ficou na área no baixo Iriri e foi contatado pela FUNAI em 1970-1971 durante a construção da Transamazônica. Este grupo Kararaô, objeto deste relatório, é o que atualmente habita na Terra Indígena Kararaô. As 40 pessoas que formavam este grupo foram levadas para o PIN Kararaô, na beira do Iriri. Como nos



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

outros casos, as epidemias praticamente exterminaram o grupo. Em 1978, restavam 22 pessoas, 7 delas adultos: 1 homem e 6 mulheres. Esse homem é Kamayurá, quem nasceu no Gorotire e fez parte dos grupos de atração e pacificação de vários grupos, incluindo os Kararaô. *Relatório Final TI Kararaô. Rodovia BR- 230 PA – Lote Altamira-Medicilândia* Kamayurá, atualmente o líder da TI Kararaô e pai da maioria dos adultos da aldeia, estabeleceu-se e se casou com as mulheres Kararaô sobreviventes. Em 1978, estes Kararaô foram realocados pela Funai no Bacajá, junto os Xikrin, mas após protestos foram levados de volta para o Iriri. Desde então, a aldeia tem aumentado sua composição demográfica e, por relações de casamento, tem chegado pessoas dos Gorotire e Xikrin, embora sua base seja uma única família descendente do Kamayurá. É bastante plausível a existência de mais dos grupos Kararaô não contatados (Idem, 1992).

2.4. Araweté

Os Araweté são um povo tupi-guarani de caçadores e agricultores da floresta de terra firme. "Estamos no meio", dizem os Araweté da humanidade. Habitamos a terra, este patamar intermediário entre os dois céus e o mundo subterrâneo, povoados pelos deuses que se exilaram no começo dos tempos. Os Araweté dizem viver agora "na beira da terra": sua tradição fala de sucessivos deslocamentos a partir de algum lugar a leste (o centro da terra), sempre em fuga diante de inimigos mais poderosos. Toda sua longa história de guerras, mortes e fugas, e a catástrofe demográfica do "contato", se não se apagam da memória Araweté, nunca chegaram a diminuir seu ímpeto vital e alegria.

O nome "Araweté", inventado por um sertanista da Funai, não significa nada na língua do grupo. O único termo que poderia ser considerado uma autodenominação é *bide*, que significa "nós", "a gente", "os seres humanos". Todos os humanos são *bide*, mas os humanos por excelência são os Araweté: os outros povos indígenas e os 'brancos' (*kamarã*) são *awî*, "estrangeiros" ou "inimigos".

A população imediatamente anterior ao contato era de pelo menos 200 pessoas. Devido às condições em que o 'contato' com a Funai se realizou, a mortalidade causada por epidemias e desnutrição levou o grupo ao mínimo de 120 pessoas, em 1977. Em setembro de 1992 a população chegou a 206, alcançando assim o efetivo da época pré-contato. Em razão do relativo isolamento em que vivem (mais do que à assistência dos órgãos públicos competentes), não tiveram grandes baixas demográficas devido a doenças estrangeiras até o segundo semestre de 2000, quando a população foi acometida por um surto de varicela (doença virótica popularmente conhecida como catapora). Nesse ano, dados da Funasa registravam 278 índios, dos quais pelo menos 218 foram acometidos pela epidemia, resultando em nove óbitos. Segundo depoimento de Tarcício Feitosa (membro do CIMI - Conselho Indigenista Missionário) ao ISA na época, a morosidade do DSEI (Distrito Sanitário Indígena) de Altamira em tomar as devidas providências facilitou o impacto da epidemia sobre essa população. Desde então, a



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

população retomou seu crescimento e em maio de 2003, segundo dados da Funai, contava 293 pessoas, sendo três recém-nascidos.

A língua Araweté pertence à grande família Tupi-Guarani. É possível que os Araweté, como vários outros grupos tupi da região, sejam os descendentes da tribo dos Pacajás, objeto de intensa atividade missionária por parte dos jesuítas durante o século XVII. As crônicas missionárias registram que parte desse numeroso povo resistiu à catequese, retornando à floresta. Mas a língua Araweté, se comparada às línguas faladas por seus vizinhos tupi-guarani mais próximos (os Assuriní do Koatinemo, os Parakanã, os Assuriní do Trocará, os Suruí, os Tapirapé), todas elas semelhantes entre si, mostra-se bastante diferenciada. Isto sugere que a separação dos Araweté foi mais antiga, ou mesmo que eles podem ter vindo de outra região do Brasil.

O Araweté não é uma língua simples de se aprender: sua prosódia é fortemente nasal, o ritmo é rápido, e há sons de difícil reprodução pelos falantes nativos do português. A sintaxe e a morfologia são bastante diferentes das línguas indo-européias: há várias séries de pronomes pessoais, há aspectos verbais sem correspondente diretos no português... Por outro lado, é fácil reconhecer na língua Araweté numerosas palavras que o tupi-guarani deixou no português falado no Brasil, seja no vocabulário comum, seja em falares regionais, seja nos topônimos (nomes de lugares).

Ainda há uma parte significativa da população Araweté que não fala a língua portuguesa. E, dentre os falantes, a maioria não possui fluência nessa língua.

Os Araweté habitam hoje numa só aldeia à margem do igarapé Ipixuna, afluente da margem direita do Médio Xingu. O Ipixuna é um rio de águas negras, encachoeirado, que corre em um leito rochoso na direção Sudeste/Noroeste. A vegetação dominante na bacia do Ipixuna é a floresta aberta com palmeiras, onde as árvores raramente ultrapassam 25 metros. Nos arredores da aldeia há extensas áreas de "mata de cipó", onde lianas e plantas espinhosas tornam a caminhada difícil. O terreno é pontilhado de irrupções graníticas que em seu topo se cobrem de cactos e bromélias. A caça é abundante, dada a grande quantidade de árvores frutíferas, que atraem os animais. O regime de chuvas é bem marcado, com uma estação seca que se estende de abril a novembro, e uma chuvosa nos meses restantes. Entre agosto e novembro o rio se torna impraticável, expondo extensos lajeiros e formando poços de água estagnada propícios à pesca.

De 1978 a 2001, os Araweté habitaram em outra aldeia à beira do Ipixuna, a alguns quilômetros da aldeia atual. Desde que se deslocaram das águas do Bacajá em direção ao Xingu, eles circulam por uma área compreendida entre as bacias dos Rios Bom Jardim, ao sul, e Piranhaquara, ao norte, que inclui os Rios Canafístula, Jatobá e Ipixuna. A Terra Araweté é contígua a três outras: TI Apyterewa (dos índios Parakanã) ao sul, TI Koatieno (dos Assuriní) ao norte e nordeste e TI Trincheira-Bacajá (dos Kayapó-Xikrin) a leste, tendo o Rio Xingu como limite oeste.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

Em meados da década de 60, os Araweté se deslocaram das cabeceiras do rio Bacajá, a sudeste, em direção ao Xingu, no Estado do Pará. Eles eram oficialmente desconhecidos até o começo da década de 1970. Seu 'contato' pela Funai data de 1976, quando buscaram as margens do Xingu fugindo do assédio dos Parakanã, outro grupo tupi-guarani.

É possível garantir que eles moram há muitos anos, talvez alguns séculos, na região de florestas entre o médio curso dos rios Xingu e Tocantins. Embora fossem considerados, até o contato em 1976, como "índios isolados", o fato é que os Araweté conhecem o homem branco há muito tempo. Sua mitologia se refere aos brancos, e existe um espírito celeste chamado "Pajé dos Brancos"; eles utilizam há muito tempo machados e facões de ferro, que pegavam em roças abandonadas de moradores 'civilizados' da região; e sua tradição registra vários encontros, alguns amistosos, outros violentos, com grupos de Kamarã na floresta.

A história dos Araweté tem sido, pelo menos desde o início do século XX, uma história de sucessivos conflitos com tribos inimigas e de deslocamentos constantes. Eles saíram do Alto Bacajá devido a ataques dos Kayapó e dos Parakanã. Por sua vez, ao chegarem ao Ipixuna e demais rios da região (Bom Jardim, Piranhaquara), afugentaram os Asuriní ali estabelecidos, que acabaram se mudando para o rio Ipiçava, mais ao norte. Em 1970, com a construção da rodovia Transamazônica, que passava por Altamira (a cidade mais próxima), o governo brasileiro começou um trabalho de "atração e pacificação" dos grupos indígenas do médio Xingu. Os Araweté começaram a ser notados oficialmente em 1969. Em 1971 a Funai estabeleceu a "Frente de Atração do Ipixuna", que manteve contatos esporádicos com os Araweté até 1974, sempre sem conseguir visitar suas aldeias. Nesta época o grupo vivia dividido em dois blocos de aldeias, um mais ao sul, na bacia do Bom Jardim, outro ao norte, no Alto Ipixuna.

Em janeiro de 1976, ataques realizados pelos Parakanã levaram os Araweté de ambas as regiões a procurar as margens do Xingu, resolvidos a "amansar" (mo-kati) os brancos (pois eles não acham que foram 'pacificados' pelos brancos, mas sim o contrário). A FUNAI veio encontrá-los lá em maio daquele mesmo ano, acampados precariamente junto às roças de alguns camponeses, famintos e já doentes devido ao contato com os brancos do "beiradão" (que é como as terras da margem do Xingu são chamadas pela população regional). Em julho, os sertanistas da FUNAI decidem levar aquela população doente e fraca em uma caminhada pela mata até um Posto que houvesse sido construído no Alto Ipixuna, próximo às antigas aldeias do grupo. Foi uma caminhada de mais ou menos 100 km, que duraram 17 dias: pelo menos 66 pessoas morreram no percurso. Com os olhos fechados por uma conjuntivite infecciosa que haviam contraído no "beiradão", as pessoas não enxergavam o caminho, se perdiam na mata e morriam de fome; crianças pequenas, subitamente órfãs, eram sacrificadas pelos adultos desesperados; muita gente, fraca demais para caminhar, pedia para ser deixada para morrer em paz.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

Não se sabe quantos começaram a caminhada, mas apenas 27 chegaram junto com os sertanistas que lideravam a marcha; o restante veio chegando aos poucos. Alguns índios se desviaram, no caminho, para as aldeias antigas, ali permanecendo algumas semanas; mas logo um novo ataque dos Parakanã fez toda a população Araweté que sobreviveu à caminhada e aos inimigos se juntar no Posto Indígena da Funai. Em março de 1977, o primeiro censo feito pela Funai contou 120 pessoas. Os Araweté me desfiaram os nomes de 77 pessoas que desapareceram no período entre sua chegada no Xingu, em janeiro de 1976, e sua chegada no Posto Velho, em julho daquele ano; três dessas morreram no último ataque parakanã: 73, portanto, foram vítimas do contato e da desastrosa caminhada - 36% da população total à época.

Em 1978, os Araweté se mudaram, juntamente com o Posto da FUNAI, para um sítio mais próximo da foz do Ipixuna, onde residiram até 2001. Nos primeiros anos, viver com os brancos não era muito fácil. A interação entre índios e funcionários da Funai se fundava em uma série de mal-entendidos culturais, em expectativas estereotipadas e em demandas contraditórias. Era muito comum a emissão professoral de juízos sobre o 'caráter' típico dos Araweté: que eram preguiçosos, que passavam fome por descuido e imprevidência (e, no entanto, a população era visivelmente bem nutrida), que não eram solidários entre si, que só falavam e pensavam em sexo (o que era sublinhado, na verdade, por ser um dos únicos assuntos em que a vida dos índios interessava os brancos); e assim por diante. Havia toda uma série de procedimentos de 'infantilização' dos índios, pequenos ritos de degradação, como os exames médicos em público, censuras sobre a 'pouca higiene' de certas práticas tradicionais, o costume de se lhes pôr apelidos pejorativos. Só ouvi serem elogiados pelo temperamento cordato, alegre e (deveras!) paciente. Mas na verdade tudo isso não era apenas (às vezes, de forma alguma) uma questão de 'má vontade' ou de brutalidade desse ou daquele funcionário. Havia um sistema; esse era o modo de articulação entre índios e brancos.

Os Araweté dependiam então, como dependem mais ainda hoje, de uma série de bens e serviços oferecidos pelo Posto: combustível, sal, fósforos, panelas, roupas (para os homens), sabão, pilhas, lanternas, facas, machados, facões, ferramentas, tesouras, pentes, espelhos, açúcar, óleo de cozinha, espingardas, munição, remédios.

Em meados de 1988, os Araweté e o chefe do Posto (Benigno Marques, hoje diretor da Administração da Funai de Altamira) encontraram e apreenderam uma grande quantidade de mogno que havia sido derrubada em suas terras por duas companhias madeireiras. Após uma nebulosa negociação da Administração da Funai em Altamira com estas madeireiras, os Araweté e os Parakanã - isto é, o PI Ipixuna e o PI Apyterewa - acabaram recebendo, em janeiro de 1989, uma razoável quantidade de dinheiro à guisa de 'indenização' pela madeira roubada.

Embora a maior parte do dinheiro tenha sido confiscada pelo Governo Collor em março daquele ano, os três meses em que ele esteve disponível foram suficientes para uma mudança radical nas condições do sistema Posto/aldeia. Por um lado, várias melhorias importantes foram feitas no equipamento do Posto Indígena: nova enfermaria,



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

motores para transporte e geração de energia, a aquisição de um barco com alta capacidade de carga, ferramentas etc. Por outro lado, os Araweté passaram a ter um acesso bastante amplo a uma quantidade de mercadorias que antes eram de obtenção difícil, demorada e limitada. Proliferaram as espingardas, panelas, machados, lanternas, pilhas, roupas, tabaco...

A partir de meados de 1989, a situação começou a piorar, com o confisco da caderneta de poupança 'dos Araweté'. Nessa época, um médico italiano, Aldo Lo Curto, encantou-se pelo grupo e passou a investir na área alguns dos recursos que levanta em seu país de origem, por meio de palestras e exposições sobre os índios brasileiros. Isso permitiu a contratação de uma enfermeira e de uma professora, e a compra de alguns equipamentos para o posto. Mas a manutenção da pauta de consumo do grupo, elevada após a entrada do dinheiro da madeira, permaneceu um problema. Com a aguda recessão do período Collor, e especialmente com o desmonte da máquina administrativa federal, a Funai mergulhou em uma situação de insolvência. Com isso, os Araweté ficaram reduzidos à ajuda de Lo Curto e a arranjos de emergência entre a chefia do PI Ipixuna e a Funai de Altamira. Começaram a faltar alguns itens essenciais, como remédios, combustível e munição. Essa foi a situação que encontramos em 1991, quando visitei o Ipixuna, junto com a equipe do Cedi.

Os Araweté parecem viver em aldeias por causa do milho; todos os seus movimentos de reunião em um só lugar se fazem em função das exigências do cultivo desta planta. Isso já se mostra na instalação de uma nova aldeia. Se toda roça foi, antes, mata, toda aldeia foi, antes, roça. Quando um grupo decide mudar-se para outro lugar, abre primeiro as roças de milho, e se instala no meio delas. Com o passar do tempo e das safras as plantações vão recuando, e resta uma aldeia.

Ao contrário das aldeias dos povos indígenas do Brasil Central, com suas casas geometricamente dispostas em círculo em torno de um pátio cerimonial, a aldeia araweté dá a impressão inicial de um caos. As casas são muito próximas umas das outras, não obedecendo a nenhum princípio de alinhamento; os fundos de umas são os pátios fronteiros de outras; caminhos tortuosos atravessam a aglomeração, entre moitas de árvores frutíferas, troncos caídos e buracos. Cascos de jaboti e resíduos da faina do milho estão em toda parte; o mato cresce livremente onde pode, as fronteiras entre o espaço aldeão e a capoeira circundante são vagas.

Os moradores de uma casa formam uma família conjugal: um casal e seus filhos até 10-12 anos. Nessa idade, os meninos constroem pequenas casinhas iguais às dos pais, próximo a estas, e ali dormem sozinhos, embora continuem a usar o fogo de cozinha familiar. As meninas dormem na casa dos pais até a puberdade, quando então devem deixá-la e casar (os Araweté sustentam que os pais de uma menina morreriam se ela menstruasse em sua casa natal).

Cada residência possui um hikã ou terreiro, uma área mais ou menos limpa de mato em frente ou ao lado da porta. É ali que ficam alguns instrumentos - pilões, tachos,



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

panelas -, e que se trabalha de dia, torrando milho, fazendo flechas, tecendo esteiras e roupas. Ali se cozinha, na estação seca. O terreiro é o lugar onde se conversa e se tomam as refeições, e onde se recebem as visitas. É algo raro que uma pessoa (exceto se mãe ou irmã da dona) entre em casa alheia. À noite trancam-se as portas, veda-se qualquer pequena abertura nas paredes, para que os espíritos perigosos que rondam a aldeia não entrem.

Os Araweté são um povo orgulhosamente individualista, refratário a qualquer forma de 'coletivismo' e de comando, onde as pessoas se recusam a seguir as outras, preferindo ostentar uma independência obstinada. Aos olhos ocidentais, sempre preparados para julgar as coisas sob o ângulo da 'coordenação' e da 'organização', sua vida dá uma singular impressão de desordem e descaso. Era-me sempre muito difícil determinar o momento inicial de qualquer ação coletiva: tudo parecia ser deixado para a última hora, ninguém se dispunha a começar coisa alguma.

Na verdade, é exatamente pelo fato da ação coletiva ser, aos olhos araweté, ao mesmo tempo uma necessidade e um problema, que a noção de tenotã mō, "líder", designa uma posição onipresente, mas discreta, difícil, mas indispensável. Sem um líder não há concerto coletivo; sem ele não há aldeia.

Tenotã mō significa "o que segue à frente", "o que começa". Essa palavra designa o termo inicial de uma série: o primogênito de um grupo de irmãos, o pai em relação ao filho, o homem que encabeça uma fila indiana na mata, a família que primeiro sai da aldeia para excursionar na estação chuvosa. O líder araweté é assim o que começa, não o que comanda; é o que segue à frente, não o que fica no meio.

Toda e qualquer empresa coletiva supõe um tenotã mō. Nada começa se não houver alguém em particular que comece. Mas entre o começar do tenotã mō, em si mesmo algo relutante, e o prosseguir dos demais, sempre é posto um intervalo, vago mais essencial: a ação inauguradora é respondida como se fosse um pólo de contágio, não uma autorização.

Mas algumas atividades fundamentais não são realizáveis sem um tenotã mō. Mesmo que a forma de trabalho seja a cooperação simples, elas supõem um início formal. As principais são: as caçadas coletivas, cerimoniais ou não; a colheita e processamento de milho, açaí etc., para uma festa de peyo (pajelança); a dança opirahê; as expedições de guerra; a escolha do sítio de roças multi-familiares e do lugar de aldeias novas.

Um tenotã mō é alguém que decide onde e quando se vai fazer algo, e que sai na frente para fazê-lo. Quem propõe a outrem uma empresa é o tenotã mō dela; quem pergunta "vamos?", vai à frente, ou nada acontece.

A situação dos Araweté desde 1976, particularmente o fato de que sua única aldeia ser uma fusão dos remanescentes de diversos grupos locais, tendo, além disso,



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

uma população bem maior que a das aldeias tradicionais, certamente explica a grande autonomia dos setores residenciais, e conseqüentemente a minimização da posição de "dono da aldeia" e "líder". A autoridade de um "dono de aldeia" tradicional deverá ter sido algo maior, exatamente porque os grupos locais eram menores. O que hoje é a grande autonomia dos setores residenciais, no passado deve ter sido a autonomia dos grupos locais, que então estavam mais próximos de sua matriz sociológica, a família extensa uxorilocal.

Depois de mais de duas décadas na mesma aldeia, os Araweté se transferiram para um novo local em outubro de 2001. Após tantos anos de uso, a terra nos arredores da antiga aldeia ficou reduzida a uma vasta capoeira; as roças ficaram a uma distância considerada excessiva pelo grupo, e a caça foi ficando cada vez mais difícil. Ademais, a disposição de partir foi acirrada por uma epidemia de varicela (doença virótica popularmente conhecida como catapora) no segundo semestre de 2000, que contaminou pelo menos 218 dos então 278 habitantes da aldeia, ocasionando nove mortes. De acordo com depoimento de Benigno Marques (diretor da Administração da Funai de Altamira) dado ao ISA, a deformação física ocasionada pela doença horrorizou o grupo, levando a um ímpeto de dispersão, sendo necessária uma incisiva atuação da Funai para evitar que aqueles que ainda não apresentavam os sintomas fugissem para a mata (onde não teriam condições de tratamento, caso adoecessem).

Ainda segundo Marques, o impacto do surto foi mais drástico pela ineficiência do convênio da Funasa com a Prefeitura de Altamira, que contratou profissionais sem experiência, os quais permitiram que índios doentes retornassem às comunidades e contaminassem os demais. Na mesma direção, Tarcísio Feitosa (membro do CIMI) apontou a má aplicação dos recursos do convênio da Funasa pela Prefeitura, mencionando a precariedade das instalações do posto de saúde no Ipixuna e dos serviços odontológicos e médicos disponibilizados no local.

Essa experiência trágica colaborou para a mobilização no grupo no sentido de constituir uma nova aldeia, o que foi possível devido a um projeto da Cooperativa Campealta, da qual participam os grupos indígenas da região (Araweté, Parakanã, Assuriní, Arara e Kararaô) - e que conta com atuação de Benigno Marques e recursos da empresa de cosméticos inglesa *Bodyshop*. Em outubro de 2001, houve a queimada para o primeiro roçado na aldeia nova. Atualmente, Marques comenta que os Araweté parecem estar vivendo muito bem ali, com roças férteis e amplas possibilidades de caça e pesca.

A organização política do grupo continua com seu padrão difuso. Os Araweté incorporaram, contudo, a categoria de "cacique", de modo que Tatuavi (com idade entre 30 e 35 anos) não exerce liderança interna, mas representa o grupo na relação com os brancos e no movimento indígena nacional.

O provimento de bens industrializados pela Funai continua a ser precário, sendo em grande parte complementado com recursos da Cooperativa, para a qual os Araweté



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

vendem castanha. Entre os projetos dessa associação estão o fornecimento de óleo de castanha para a *Bodyshop*, um "hotel ecológico" construído no Rio Xingu e a "farmácia verde", que inclui a comercialização de fitoterápicos. Apesar da venda da castanha e de algum artesanato, a principal fonte de renda dos Araweté atualmente advém de aposentadorias.

Entre a população Araweté, o domínio de conceitos e aspectos fundamentais da cultura envolvente - dinheiro, estado, propriedade, tabus sexuais, divisão do trabalho, miséria, herança escravocrata, dominação - é extremamente precário. Isso não significa que os Araweté não estejam, pouco a pouco, ganhando experiência e competência na cultura envolvente. A convivência com os funcionários da Funai e da Funasa e suas famílias difunde a língua e a cultura regional; várias técnicas e habilidades novas vão sendo incorporadas ao repertório do grupo (natação, construção de canoas, conserto de motores, novos cultígenos); o contato com antropólogos e outros visitantes dá-lhes notícia do mundo além do Xingu; a participação em conferências promovidas pelo CIMI e em encontros indígenas dá-lhes alguma perspectiva interétnica; as viagens a Altamira para tratamento médico - perigosas e penosas como são - vão paulatinamente enriquecendo sua experiência do mundo dos brancos.

• ATIVIDADES PRODUTIVAS

A agricultura é a base da subsistência Araweté, sendo o milho o produto dominante de março a novembro, e a mandioca no período complementar. De todo modo, há uma predominância absoluta do cultivo do milho sobre o da mandioca, o que distingue o grupo dos demais Tupi-Guarani amazônicos. O milho é consumido como mingau de milho verde, farinha de milho, mingau doce, paçoca de milho e mingau alcoólico. Este último (cauim) é o foco da maior cerimônia, que se realiza várias vezes durante a estação seca. Planta-se também batata-doce, macaxeira, cará, algodão, tabaco, abacaxi, cuieiras, curauá (uma bromeliácea usada para cordoaria), mamão, urucum.

A caça também é objeto de intenso investimento cultural. Os Araweté caçam uma grande variedade de animais; em ordem aproximada de importância alimentar, temos: jabotis; tatus; mutuns, jacus; cotia; caititu; queixada; guariba; macacos-pregos; paca; veados; inhambus; araras, jacamins, jaós; anta. Tucanos, araras, o gavião-real e outros gaviões menores, os mutuns, o japu e dois tipos de cotingas são procurados também pelas penas, para flechas e adornos. As araras vermelha e canindé, e os papagaios, são capturados vivos e criados como xerimbabos na aldeia.

As armas de caça são o arco de madeira de ipê, admiravelmente bem trabalhado, e três tipos de flecha. As armas de fogo foram introduzidas em 1982, e seu uso tem



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

levado à diminuição da população animal nos arredores, obrigando os Araweté a cobrirem um raio maior de território.

A pesca se divide em dois períodos: a estação de pesca com o timbó, em outubro-novembro, e os meses de pesca cotidiana, feita com arco e flecha ou anzol e linha. Embora o peixe seja alimento valorizado, é-o menos que a carne de caça, e a pesca é uma atividade principalmente exercida por meninos e mulheres (exceto as pescarias coletivas com timbó). Os Araweté são índios da terra firme: a maioria das pessoas mais velhas não sabe nadar. A água de beber e cozinhar é retirada de cacimbas abertas na margem arenosa dos cursos d'água ou nos açazais.

A coleta é uma atividade importante. Seus principais produtos alimentares são: o mel, de que os Araweté possuem uma refinada classificação, com pelo menos 45 tipos de mel, de abelhas e vespas, comestíveis ou não; o açaí (*Euterpe oleracea*); a bacaba (*Enocarpus* sp.); a castanha-do-Pará (*Bertholetia excelsa*), importante na época das chuvas; o coco-babaçu (*Orbygnia phalerata*), comido e usado como liga do urucum, e para ductilizar a madeira dos arcos; e frutas como o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), o frutão (*Lucuma pariry*), o cacau-bravo (*Theobroma speciosum*), o ingá (*Inga* sp.), o cajá (*Spondias* sp.), e diversas sapotáceas. Destaquem-se ainda os ovos de tracajás (*Podocnemis* sp.), objeto de excursões familiares às praias do Ipixuna em setembro, e os vermes da babaçu (*Pachymerus nucleorum*), que podem também ser criados nos cocos armazenados em casa. Dentre os produtos não alimentares da coleta, podem-se registrar: as folhas e talas de babaçu para a cobertura das casas, esteiras, cestos; a bainha das folhas de inajá (*Maximiliana maripa*), açaí e babaçu, que servem de recipientes; dois tipos de cana para flecha; o taquaruçu para a ponta das flechas de guerra e caça grossa; a taquarinha e outras talas para as peneiras e o chocalho de xamanismo; a cuia silvestre para o maracá de dança; madeiras especiais para pilões, cabos de machado, arco, pontas de flecha, esteios e vigas das casas, paus de cavar, formões; enviras e cipós para amarração; e barro para uma cerâmica simples, hoje em desuso com a introdução das painéis de metal.

A vida social e econômica dos Araweté bate em compasso binário: floresta e aldeia caçam e agricultura, chuva e seca, dispersão e concentração.

Nas primeiras chuvas de novembro-dezembro, planta-se a roça de milho. À medida que cada família termina de plantar, vai abandonando a aldeia pela mata, onde ficará até que o milho esteja em ponto de colheita - um período de cerca de três meses. Os homens caçam, estocam jabotis, tiram mel; as mulheres coletam Castanha-do-pará, coco-babaçu, larvas, frutas, torram o pouco milho velho da colheita anterior que trouxeram. Essa fase de dispersão é chamada de *awaci mo-tiarã*, "fazer amadurecer o milho" - diz-se que, caso não se vá para a mata, o milho não vinga. Em fevereiro - março, após várias viagens de inspeção às roças, alguém finalmente traz os cabelos do milho verde ao acampamento, mostrando a maturidade da planta. Faz-se aí a última grande pajelança do jaboti - atividade típica da estação chuvosa - e a primeira grande



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

dança *opirahë*, característica da fase aldeã que está para se iniciar. Esse é o "tempo do milho verde", o começo do ano araweté.

Apenas quando todas as famílias já chegaram à aldeia se faz a primeira pajelança de cauim (mingau de milho) doce, a que outras se seguem. O milho de cada festa é colhido coletivamente na roça de uma família, mas processado por cada unidade residencial da aldeia. Essa é também uma época em que as mulheres preparam grandes quantidades de urucum, dando à aldeia uma tonalidade avermelhada geral. A partir de abril-maio as chuvas diminuem, e se estabiliza a fase de vida aldeã, marcada pela faina incessante de processamento do milho maduro, que fornece a paçoca *mepi*, base da dieta da estação seca.

De junho até outubro estende-se a estação do cauim alcoólico, que recebe seu nome: *kã'i da me*, "tempo do cauim azedo". É o auge da seca. As noites são animadas pelas danças *opirahë*, que se intensificam durante as semanas em que se prepara o cauim. Essa bebida é produzida por uma família ou seção residencial, com o milho de sua própria roça. Pode haver vários festins durante a estação seca, oferecidos por diferentes famílias. Eles costumavam reunir mais de uma aldeia - quando os Araweté possuíam diferentes grupos locais - e ainda é o momento culminante da sociabilidade. A festa do cauim alcoólico é uma grande dança *opirahë* noturno em que os homens, servidos pela família anfitriã, dançam e cantam, bebendo até o dia seguinte.

A partir de julho-agosto começam a aumentar a frequência e a duração dos movimentos de dispersão. As famílias se mudam para as roças, mesmo que essas não distem muito da aldeia, e ali acampam por uma quinzena ou mais. É a estação de "quebrar o milho", quando se colhe todo o milho ainda no pé e se o armazena em grandes cestos, depositado sobre jiraus na periferia das roças. Dali as famílias se vão abastecendo até o final da estação seca, quando os cestos restantes são levados para o novo sítio de plantio.

Essa temporada na roça reúne em cada acampamento mais de uma família conjugal - seja porque a roça pertence a uma seção residencial (conjunto de famílias aparentadas que moram próximas entre si na aldeia), seja porque os donos de roças próximas decidem acampar juntos. Durante a quebra do milho, os homens saem todo dia para caçar, enquanto as mulheres e crianças colhem as espigas, fazem farinha, tecem; essa é também a época da colheita do algodão.

Durante o auge da estação seca, dificilmente se passa mais de uma semana sem que um grupo de homens decida realizar uma expedição de caça, quando dormem fora de uma a cinco noites. São comuns também, a partir de agosto, as excursões de grupos de famílias, para pegar ovos de tracajá, pescar, caçar, capturar filhotes de arara e papagaio. Exceto nos meses de março a julho, é muito raro haver dias em que todas as famílias estão dormindo na aldeia.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

A partir de setembro, a estação do cauim começa a dar lugar ao tempo do açaí de do mel. A chegada dos espíritos *Iaraci* (o "comedor de açaí") e *Ayaraetã* (o "pai do mel"), trazidos à aldeia pelos pajés, provoca a dispersão de todos para a mata em busca dos produtos associados a esses espíritos.

Em outubro-novembro, com as águas dos rios em seu nível mais baixo, fazem-se as pescarias com timbó, que também levam à fragmentação da aldeia em grupos menores.

A dispersão criada por todas essas atividades de coleta e pesca, porém, é mais uma vez contrabalançada pelas exigências do milho. Em setembro começa a derrubada das roças novas; no final de outubro, a queimada; e logo às primeiras chuvas de novembro-dezembro, o plantio, logo antes da dispersão das chuvas. Antes de partirem para a mata, colhe-se a mandioca, cuja farinha servirá de complemento à caça e ao mel da dieta da mata.

Este é o ciclo anual araweté: um constante oscilar entre a aldeia e a floresta, a agricultura e a caça-coleta, a estação seca e a chuvosa. A vida na aldeia está sob o signo do milho, e de seu produto mais elaborado, o cauim alcoólico; a vida na mata está sob o signo do jabuti (a caça dominante na estação chuvosa) e do mel.

Atualmente existem na terra indígena Araweté, seis aldeias consolidadas à margem do rio Xingu, quais sejam Tacati, Djuaranti, Ipixuna, Pakanã, Aradyty e Paratintin.

2.5. Assurini

A Terra Indígena Koatinemo, homologada pelo Presidente da República, em 1996, e registrada no SPU em 2003, situa-se nos municípios de Altamira e Senador José Porfírio, no Estado do Pará. Atualmente possui uma única aldeia, a qual se localiza à margem direita do Rio Xingu. De 1972 a 1985, a aldeia Assurini ficava à margem do Igarapé Ipiaçava, afluente da margem direita do Xingu. As roças, os locais de caça, de pesca e de coleta estão situados entre as margens dos rios Xingu, Piranhaquara e Igarapé Piaçava. Segundo Mancin (1979 b:1-20), nas cabeceiras do Xingu encontram-se suas antigas aldeias.

A aldeia dos Assurini do Xingu dista aproximadamente cinco horas de barco com motor de 40 hp da cidade de Altamira - PA, descendo o Rio Xingu. Na estação da baixa do rio, de julho a novembro, ou seguindo a montante, este deslocamento, assim como às demais terras indígenas da região, é ainda mais demorado. Para se chegar ao município de Altamira o único acesso se dá pelo Rio Xingu. No caso da rodovia



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

transamazônica e as vicinais de acesso à BR 230, observa-se que poderá ocorrer um avanço das ocupações junto aos limites da TI, o qual ocasionará pressões sobre o território indígena cujos impactos são analisados no presente estudo.

Segundo Regina Muller (2002), as primeiras notícias sobre os Assurini datam de fins do século XIX. A autora destaca que a ocorrência de um ataque a um regional, em 1894, no local chamado Praia Grande, acima da boca do Rio Bacajá, foi atribuído aos índios Assurini (NIMUENDAJÚ, 1963, p. 225). Em 1896, os Assurini atacaram na Serra do Passahy e na Praia Grande, de acordo com o cronista estrangeiro Coudreau (1977, p.37). Nas margens do Rio Bacajá ainda se verificaram investidas dos Assurini no final do século XIX .

Das margens do Rio Bacajá, deslocaram-se em direção às cabeceiras dos rios Ipiaçava e Piranhaquara, onde estabeleceram várias aldeias. Em 1932 há notícia de um ataque de índios Assurini na foz do Igarapé Bom Jardim. Em 1936, foram atacados pelos índios Gorotire, subgrupo Kayapó, durante sua expansão em direção ao norte (Idem, 1963, p.225). Pressionado pelos Kayapó, os Assurini passaram a habitar as margens do Rio Ipixuna durante um longo período (MULLER, 2002).

Na década de 1970, intensificou-se a presença dos brancos com a finalidade de contatar os grupos indígenas da região e decorrente do surgimento de novas atividades econômicas: mineração, agropecuária e projetos do governo (em especial a construção da Rodovia Transamazônica), e acoçados por grupos inimigos por um lado, e "pacificados" pelos interesses de uma empresa multinacional por outro, os Assurini não tiveram outra opção a não ser aceitar o contato.

Na aldeia Assurini existem diferentes tipos de habitação, sendo que as mais comuns, onde residem os diferentes grupos domésticos, são do tipo regional, ou seja, com paredes de barro, estrutura de madeira e cobertura de palha. Reunidos junto ao Posto da Funai, os Assurini se reorganizaram num grupo formado por indivíduos de diferentes grupos locais e com população demograficamente desequilibrada, devido ao decréscimo populacional. Nas últimas décadas, os contatos dos Assurini com os habitantes brancos das margens do Rio Xingu também se tornaram mais frequentes e mais tensos, particularmente em relação aos madeireiros que constantemente invadem a área. Os Assurini não têm se esquivado aos enfrentamentos com os regionais, exigindo-lhes, por exemplo, que não pesquem em suas terras nem retirem madeira na região rica em mogno.

Assim, como os demais povos contemplados por este estudo, observa-se que os Assurini possuem passivos sociais e culturais que remontam a tempos muito remotos, mas que poderão se acentuar com a pavimentação da BR 230, com novas pressões sobre os limites da TI. Frente à semelhança dos outros povos indígenas das regiões do médio e do baixo Xingu, pode-se afirmar que a grande preocupação dos Assurini no momento é a construção da Usina de Belo Monte, particularmente pela proximidade da sua terra com o local onde está prevista a construção da barragem. Comparado à pavimentação



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

das rodovias, este empreendimento poderá causar impactos muito maiores ao meio ambiente e à TI, com consequências no modo de vida tradicional da comunidade, na sua economia e na configuração e estabilidade fundiária da região da Volta Grande. O Rio Xingu e seus afluentes são de fundamental importância para esta a população, pois servem ao transporte, acessando as escolas, os centros de atendimento de saúde, os centros de comércio, além de servir para a obtenção de alimento e geração de renda.

Na reunião realizada na aldeia Koatinemo em 29.07.2010, os Assurini relembrou alguns fatos marcantes em sua história recente, a partir da construção da rodovia transamazônica: em 1971, teve o primeiro contato, Igarapé Ipiaçava, com os padres Antônio e Carlos¹. A seguir, um breve histórico.

- dois anos após o contato (+ ou - 1973): mudança para aldeia Koatinemo Velho, localizada no médio curso do Igarapé Ipiaçava, onde permaneceram por mais de 10 anos. Os Assurini relataram que no verão o transporte é muito difícil para o Igarapé Ipiaçava, pois seca muito.

- 1987: mudança para aldeia Awatikirera (localizada na foz do Igarapé Ipiaçava), os índios afirmam que “na beira do Xingú é melhor”. Realização da festa grande.

- 1989: mudança para aldeia atual, Koatinemo, localizada à margem direita do rio Xingu.

- 1995: Apoera, da Fundação Ipiranga, inicia o trabalho com os Assurini.

- 2000: Funasa assume a saúde indígena. Segundo os índios “por um lado melhorou, pro-recurso financeiro, que a FUNAI não tinha mais dinheiro”.

Censo populacional da Funasa, com dados de abril de 2010 indica uma população de 155 pessoas (28 famílias) distribuída em 25 casas, sendo 76 homens e 79 mulheres. Em julho de 2010 havia duas mulheres gestantes na aldeia Koatinemo.

A estabilização da população Assurini é recente, pois logo após o contato e nos anos seguintes a população indígena sofreu forte redução². Estima-se que no início da década de 1970 a população Assurini era de aproximadamente 100 pessoas, distribuídas em duas aldeias, uma localizada na margem direita do médio curso do Igarapé Ipiaçava e a outra no interflúvio Ipiaçava-Piranhaquara.

Em 1974, a população era de 58 pessoas e em 1982 alcançou o mínimo de 52 pessoas. Em 1993, a população era de 65 indivíduos e apenas no século XXI a população Assurini ultrapassou o contingente da época do contato; em 2002 eram 106 índios e em 2005 havia 119 índios na aldeia Koatinemo.

¹ Os Assurini mantiveram contato em 1971 com os padres Anton e Karl Lukesch.

² Na época do contato oficial (1971), a população Assurini já estava reduzida em função de um histórico de ataques dos Kayapó-Xikrin e dos Araweté.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

Atualmente existem na terra indígena Koatinemo, duas aldeias consolidadas à margem do rio Xingu, quais sejam Koatinemo e Itaaká.

2.6. Xicrin

Os Xicrin do Bacajá são um grupo Kayapó (Mebengokré) resultantes de uma cisão com os Xicrin do Cateté, aos quais se assemelham, trocam parentescos e compartilham ancestrais e elementos culturais comuns. Descendem dos Gorotire-Kumren, cujas sucessivas cisões e recomposições originaram outros grupos Kayapó habitantes de outras TIs (Gorotire, Mekragnoti, Kararaô). Identificam-se como descendentes diretos dos Djore, grupo surgido no início do século XIX que veio evoluindo em meio as constantes cisões e reagrupamentos até dar origem aos Xicrin. Após longos conflitos faccionais entre esses grupos, voltaram a se reunir em 1910, até que partiram para o Bacajá em 1926 (GIANINNI, 2001).

À semelhança de todos os povos indígenas habitantes do interflúvio Xingu-Tocantins, já os ancestrais dos Xicrin faziam deslocamentos espaciais em função dos contatos com migrantes das frentes de expansão da fronteira econômica. Resolveram pela mudança para o Bacajá para afastar-se dos conflitos com garimpeiros e seringueiros, além das doenças e epidemias trazidas pelos migrantes. Porém, lá encontraram outros povos indígenas (Araweté, Assurini, Parakanã), com os quais voltam a guerrear. Assim mesmo, ali permanecem por conta de possuírem bom conhecimento da região e saberem lidar com os conflitos com as outras populações indígenas.

De acordo com o Diagnóstico Preliminar do Lote 3, entregue pelo DNIT à FUNAI em março deste ano, a Terra Indígena Trincheira Bacajá em seu limite sudoeste, se comparada à Terra Indígena Apyterewa encontra-se mais conservada e sem intrusamentos significativos, apesar de já ter sido razoavelmente explorada ao sul por madeireiros que vinham através da própria TI Apyterewa. De fato este traçado ainda apresenta vulnerabilidade territorial para os Xicrin e, portanto, há que se conterem dois vetores relevantes para a invasão e para a exploração ilegal de madeira e de minérios.

Em 1993 é criada afinal a TI Trincheira-Bacajá, declarada de posse permanente dos índios Xicrin do Bacajá para efeito de demarcação (Portaria 319/Ministério da Justiça; DOU em 18/08/1993). Em 1994 inicia-se a demarcação dos atuais 1.650.939 ha, que só veio a lograr êxito em 1996 (Decreto s/n, DOU 04/10/1996. REG CRI E SPU 02/10/1996), abrangendo o os município de Altamira, Pacajá, Anapu, Senador José Porfírio e São Felix do Xingu.

Considerando as fases administrativas de regularização fundiária, a TI Trincheira Bacajá foi devidamente registrada na Secretaria do Patrimônio da União em



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

02/10/1998, constituindo a última etapa deste processo. Em relação à construção histórica temporal dos próprios Xicrin, o GT utilizou como método o Diagnóstico Rural Participativo- DRP, em especial a ferramenta ‘linha do tempo’, pela qual é possível identificar os fatos mais importantes para estes indígenas ao longo dos anos.

Linha do Tempo : Trincheira Bacajá- 17 a 28/06/2010

-▶ **1900 – Época dos “Gateiros”/ Caçadores de Onça**
- Introdução da Arma de Fogo
 - Sítio da velha Margarida
 - Morte e “amansamento” de índio
-▶ **1930 – Na área do igarapé “Manelão” era a antiga morada dos Xicrin**
- Os Xicrin do Mrotidjãm moravam em Las Casas (Redenção)
-▶ **1950 – Os Xicrin na área da TI Trincheira Bacajá**
- Desde a época do SPI os Xicrin lutavam contra a Eletronorte (Belo Monte)
-▶ **1960 – Confronto c/ os Parakanã na área atual**
-▶ **1970 - Abertura da aldeia Bacajá**
- Ninguém nesta aldeia lembra de ouvir falar da Transamazônica
 - Abertura da Transamazônica
 - Guerra com Asurini
-▶ **1976 – 1978 - Abertura do Garimpo Manelão**
-▶ **1980 – Pistas e Máquinas no Garimpo do Manelão**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

.....▶ **1984 – Abertura da aldeia Pát-Krô**

- (Aldeia mãe Bacajá)
- Posto indígena da Funai – Chefe Antônio

.....▶ **1985 – Ouviram falar na UHE de KARARAÔ**

.....▶ **1986- Abertura da 2ª pista de pouso do Manelão- “Srs. Machadinho e Milico”**

.....▶ **1987 – Ramal do Município Pacajá até o Manelão**

- Hoje ainda funciona o 1º trecho
- 1º Estrada de madeireiro – Manutenção da estrada para comprar madeira da aldeia

.....▶ **1988 – Manifesto Paulinho Paiarão**

- Belo Monte é um nome novo, pois o *kuben* (não índio) estava usando o nome dos índios para a hidrelétrica.

.....▶ **De 1984 à 1996 – Madeira/ Venda³ (12 anos)**

.....▶ **1991 – Movimento contra a Barragem de Belo Monte**

- Apoio do CIMI em Altamira/ PA

.....▶ **2000 – Chegaram às aldeias a FUNASA e a Semec**

- Início na Saúde/ FUNASA
- Construção da escola da aldeia Bacajá (até 4ª série)
- Controle do Manelão

.....▶ **2001 – Abertura da Aldeia Mrotidjãm**

.....▶ **2002 – Construção do Posto de Saúde Indígena**

³ Desde 1996, os Xicrin aguardam a aprovação do plano de manejo pela Funai/Brasília.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

-▶ **2005 – Fechamento do ramal do Manelão – Aldeia**
- Enquanto o garimpo funcionou o garimpeiro pagava renda aos índios. Essa renda era 10% da extração de ouro.
-▶ **2006 – Projeto SIVAN**
-▶ **2008 –Instalação do Orelhão da Embratel nas aldeias Bacajá, Pát- Krô e Mrotidjãm (atualmente, somente funciona na aldeia Bacajá)**
-▶ **2009 – Fim da AER/Funai – Altamira-PA**
- Gasolina e escritório dentro de Altamira para atender os projetos
 - Briga na aldeia Bacajá – Saída do “Onça”
-▶ **2010 – Parceria dos Xicrin com a Eletronorte e Estudos da BR 230**
- Janeiro – Saída dos chefes da Funai das aldeias
 - Fevereiro – Fecharam a FUNAI de Altamira-PA
- Abril – Visita do diretor de cinema James Cameron (apoio CIMI) nas aldeias da Trincheira Bacajá:** 1) Segundo as lideranças Xicrin, com o apoio do CIMI o então chefe da FUNAI, recém-empossado, decidiu que 10 famílias Xicrin iriam se mudar para a volta grande do Xingu, com o objetivo de abrir nova aldeia para reter o avanço da Barragem de Belo Monte. Em abril, os Kayapó retiraram o pessoal da área de conflito e retornaram para a aldeia; 2) “Valmuao” alertou o perigo de morte: e c) Luiz Xipáya estava do lado do CIMI e agora passou para o nosso lado.
- **Maio – “Fábio, novo chefe da Funai de Altamira já entrou contra nós. Fazendo medo, dizendo que os Kayapó do MT viriam pra cima (pra guerrear) se a gente ficasse a favor da Eletronorte”.**
 - ✓ **Elaboração de documento para denunciar o chefe Fábio (índio com índio)**
 - ✓ **Ismar – é o que queremos pra novo chefe**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

. Julho/2010- Visita do Presidente da República “Lula” à cidade de Altamira/PA.

I - INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

- Organização espacial, população e territorialidade

A Terra Indígena Trincheira Bacajá, homologada pelo Decreto s/nº, de 02/10/1996 e registrada no CRI em 04/05/1998 e no SPU em 01/09/1998, está inserida nos municípios de São José Porfírio, Pacajá, São Félix do Xingu e Anapu (EIA, Vol. 2, Tomo 3), do lado esquerdo da BR 230, sentido Altamira – Rurópolis, localizada à, aproximadamente, 33 km da BR 230 (Anexo I), com uma superfície de 1.650.939 ha e perímetro de 646 km. Esta TI situa-se na margem direita do rio Bacajá, um afluente do Xingu, e é habitada pelos índios da etnia Kayapó-Xicrin, cuja família lingüística é Macro-Jê, e, ainda, faz parte da área de Influência Indireta (AII), que abrange um raio de 50 km de cada lado da rodovia (EIA, Vol. 1).

Existem nesta TI quatro aldeias consolidadas, todas às margens do rio Bacajá, quais sejam; Pykajaká, Bacajá, Pát-Krô e Mrotidjãm. As duas primeiras se localizam na margem esquerda do rio e as outras duas na margem direita. A Tabela 1, a seguir, resume as distâncias entre essas aldeias.

A TI Trincheira Bacajá encontra-se bem preservada, praticamente sem transgressões de limites significativas, apesar de já ter sido razoavelmente explorada ao sul por madeireiros que chegavam através da Terra Indígena Apyterewa. À oeste há as Terras Indígenas Koatinemo e Araweté/Igarapé Ipixuna (Fig. 05). Essas terras indígenas ajudam a conter o avanço de invasões em direção à TI Trincheira Bacajá. Porém, há dois vetores relevantes que devem ser contidos para evitar o avanço da invasão e da exploração ilegal de madeira e minério: a estrada de acesso à aldeia Mrotidjãm, a sudeste da área, e o garimpo do Manelão, a leste. Além disso, ao sul e a nordeste existem vários núcleos de ocupação emergentes que significam pressão nos limites da TI (Fig. 05), uma vez que o asfaltamento da BR 230 levará ao aumento populacional e à intensificação do contato e das atividades econômicas em toda região.

Os indígenas da TI Trincheira Bacajá vivem e dependem do rio Bacajá, principal via de acesso e comunicação dos Xicrin do Bacajá. Atualmente, as 4 aldeias da TI Trincheira Bacajá encontram-se às margens do rio, e o transporte entre elas, assim como para Altamira, se dá principalmente pela via fluvial. Além da navegação entre aldeias e para fora, o rio fornece um importante meio para as caças coletivas e para a pesca com anzol, cada vez mais relevante na alimentação, especialmente após a sedentarização que vem como consequência da maior dependência aos serviços e aos equipamentos de saúde e educação posteriores ao contato.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

Os Xicrin do Bacajá têm dominado cada vez mais as técnicas de navegação, a remo e a motor, conhecendo os caminhos do rio, formando-se pilotos, aprendendo a manusear motores e construir canoas e a fazer a manutenção básica dos motores. As aldeias contam com crescente número de canoas, voadeiras, cascos, rabetas e motores.

O rio Bacajá nasce ao norte das terras dos Apyterewa, junto a Serra do Bacajá, aproximadamente nas coordenadas 05° 30' S e longitude 052° 00' O (Estudo socioambiental TI Trincheira Bacajá, EIA/RIMA do AHE Belo Monte, 2008). Esse rio corre no sentido sul-norte por aproximadamente 379 km, desembocando na margem direita do rio Xingu, no trecho de vazão reduzida do AHE Belo Monte (Volta Grande). Apresenta uma grande área de floresta marginal, a qual é inundada periodicamente no período de enchente. Suas águas são de aparência esbranquiçada devido ao efeito da contribuição das águas providas do escoamento superficial ou enxurrada, atribuindo-lhe uma carga de partículas em suspensão e condutividade bem superiores às verificadas para o rio Xingu. As águas do Bacajá drenam em um vale em forma de "V", especialmente no seu trecho médio, escoando para um canal simples, de pouca sinuosidade, com fundo principalmente constituído por rochas, em alguns casos, com depósitos de lama, e relativamente instável, o que provoca erosão das margens e do fundo.

O rio Bacajá estará sujeito aos impactos da operação do AHE Belo Monte, principalmente os decorrentes da redução das planícies de inundação existentes atualmente, com efeitos potenciais sobre qualidade das águas, vegetação marginal e ictiofauna, dentre outros. Com relação ao asfaltamento, o rio Bacajá pode sofrer impactos do aumento populacional do entorno da TI com relação a algumas de suas cabeceiras, que se localizam fora da reserva em áreas de ocupação.

Apesar do acesso à TI Trincheira Bacajá ser primordialmente fluvial, existem, estradas que partem das aldeias em direção à Transamazônica. Elas são utilizadas pelos Xicrin do Bacajá quando o rio fica muito seco e a navegação é impossibilitada. A FUNAI e a FUNASA também usam essas estradas para atividades como fornecimento de remédios, remoção de doentes e visitas. No período de chuva, essas estradas se tornam intrafegáveis, quase sempre fechando ou alagando. Para utilizá-las novamente após esse período, é preciso limpar a estrada, trabalho realizado pelos próprios indígenas. Esse trabalho muitas vezes conta com a ajuda e financiamento de madeiros e fazendeiros da região.

Atualmente, existem, na terra indígena Trincheira Bacajá, oito aldeias consolidadas à margem do rio Bacajá, quais sejam Bacajá, Mrotijam, Pytakô, Kenkudjoy, Patykô, Kranh, Kamotikrô e Pykayakó.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

3. OBJETIVO

Avaliar o Programa de Atividades do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA-CI) da UHE Belo Monte nas Terras Indígenas Apiterewa, Araweté, Arara, Kararaô, Koatinemo e Trincheira Bacajá, nos municípios citados anteriormente, todos no Estado do Pará, como forma de subsidiar um novo processo de discussão referentes às atividades e/ou projetos de etnodesenvolvimento implantados e supervisionados pela ENGETEC/AGRAR (responsável pelos Programas de Atividades Produtivas e de Supervisão Ambiental) e fragilidades identificadas durante a avaliação desse Programa solicitado pela CR Centro Leste do Pará - PA e acatada pela CGLIC (Coordenação geral de Licenciamento Ambiental) através do Memorando nº 01/2014/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ de 08.01.2014.

4. METODOLOGIA DE LEVANTAMENTO, TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

4.1. Do Objetivo da Formação da Equipe de Avaliação

Após, aproximadamente, quatro anos, a carta da Licença Prévia, quando se iniciou mais frequentemente reuniões para tratarem sobre as ações para mitigar e/ou compensar os impactos ambientais das obras de implantação e respectiva operação do empreendimento UHE Belo Monte, a partir de abril de 2011 quando a NESA protocolou na Funai a primeira versão do Componente Indígena (CI) do Projeto Básico Ambiental (PBA-CI) que contemplaria todos os programas indígenas indicados no estudo.

O Plano Operacional (PO) PBA-CI foi elaborado ao longo do segundo semestre de 2012 e aprovado pela Funai em abril de 2013. A partir dessa aprovação a NESA deu início ao processo de contratação de empresas responsáveis por executar o Plano de Gestão e Programas constantes nesse PO PBA-CI.

Nesse período, foi contratada a empresa ENGETEC/AGRAR que seria a responsável pela implantação dos Programas de Atividades Produtivas e de Supervisão Ambiental. As competências dessa empresa têm como objetivo a elaboração de projetos de subsistência em terras indígenas, cujo foco é a segurança alimentar dessas



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

comunidades indígenas e, também de projetos de desenvolvimento de etapas produtivas e de comercialização cujo foco é a geração de renda para essas comunidades.

A Funai por meio da CGLIC, atendendo a solicitação dessas comunidades indígenas da Coordenação Regional do Centro Leste do Pará (Altamira-PA), resolve avaliar o PBA-CI apoiados pela NESA referentes aos projetos de etnodesenvolvimento implantados e supervisionados pela empresa contratada para a implantação dos mesmos, atendendo a solicitação foi constituído equipe multidisciplinar formada por servidores da FUNAI e participação efetiva dos índios beneficiários por esses projetos.

4.2. Da coleta de dados

A equipe visitou entre os dias 29.04.2014 a 17.06.2014, vinte e quatro aldeias nas Terras Indígenas Apterewa, Araweté, Arara, Kararaô, Koatinemo e Trincheira Bacajá, bem como realizou reuniões com as suas respectivas comunidades indígenas para se situar e se informar sobre os projetos apoiados pela NESA e, implantados pela ENGETEC/AGRAR, até o momento a FUNAI não dispunha dos projetos para monitoria e avaliação *in loco*. Durante a incursão foi realizada visitas a roças e se perguntou aos indígenas sobre o grau de satisfação com relação aos projetos.⁴

Então, temos, em relação à aplicação desse questionário:

Em pesquisas sociais, a construção de um questionário é considerada uma “arte imperfeita”, pois não existem procedimentos exatos que garantam que seus objetivos de mediação sejam alcançados com boa qualidade. É claro que fatores como bom senso e experiência do pesquisador podem evitar vários tipos de erros em questionários, como por exemplo, as questões ambíguas, potencialmente prejudiciais, da sua influência na amplitude de erros (AAKER et ali, 2001).

A seguir, na **Tabela 1**, abaixo, destacamos o demonstrativo do questionário aplicado aos indígenas, utilizado como instrumento de obtenção de informações e grau de satisfação referente às Atividades e Projetos apoiados pela NESA.

⁴ Durante as visitas às aldeias foram realizados vários questionamentos, segundo a Tabela 1. Nesse questionário o grupo trabalha na tentativa de obter as respostas de forma mais espontânea possível – realizou perguntas temáticas abertas e específicas. As perguntas abertas foram utilizadas para permitir que os entrevistados ficassem livres para responder à sua maneira, sem se limitarem a escolha num rol de alternativas, segundo Aaker *et ali*. (2001) – *Marketing Research* (NY: John Wiley & Sons, Inc.). As perguntas específicas foram utilizadas como ferramentas para sistematização e análise estatística de dados quantitativos.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

Tabela 1 -Avaliação das Atividades e Projetos apoiados pela Norte Energia (NESA) referente ao Programa de Atividades Produtivas do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA- CI) da UHE Belo Monte.

IDENTIFICAÇÃO

Terra Indígena:

Aldeia visitada:

Etnia:

População:

PERGUNTAS

1) Quais as atividades de subsistência que vocês executaram antes da implantação da UHE Belo Monte?

2) Para a elaboração do (s) Projeto (s) houve a participação da comunidade indígena?

3) Quando a elaboração do (s) Projeto (s) respeitou-se a aptidão dos indígenas?

4) Qual (s) o (s) Projeto (s) implantados após o Programa de Atividades Produtivas?

5) Cite as dificuldades na implantação do (s) Projeto (s).

6) Como a comunidade avalia as atividades de assistência técnica?

OBSERVAÇÕES:

INFORMAÇÕES ECONÔMICAS



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

7) *O que melhorou na renda familiar?*

8) *O (s) Projeto (s) tem contribuído para a sua subsistência?*

9) *O (s) Projeto (s) tem contribuído para a geração de renda da comunidade?*

10) *A comunidade indígena vem passando por insegurança alimentar? Cite os fatores que contribuíram para este estado de dificuldade.*

11) *O (s) Projeto (s) tem dificultado às práticas tradicionais?*

12) *Quais as outras atividades econômicas que vocês executam?*

13) *O que você (s) acha (m) que deve ser modificado quanto as atividades econômicas?*

OBSERVAÇÕES:

4.3. Linhas de Atuação

O Programa de Atividades Produtivas (PAP/PBA – CI – UHE Belo Monte) tem como uma das suas características norteadoras a participação das comunidades indígenas e está dividido em duas Linhas de Atuação: **1 – Projetos de Subsistência**, cujo foco é a segurança alimentar das comunidades indígenas; e **2 – Projetos de Desenvolvimento de Etapas Produtivas e Comercialização**, cujo foco é a questão de formação de renda para as comunidades indígenas.

É oportuno informar que para o sucesso dessas Linhas de Atuação citadas acima, considerar os pontos elencados, a seguir:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

a) Projetos de Subsistência

- I. Orientar as comunidades indígenas e as instituições parceiras na elaboração, implementação e gestão de projetos e atividades sustentáveis de agropecuária e extrativismo voltados à segurança alimentar e nutricional;
- II. Estimular, fortalecer e apoiar as práticas e saberes indígenas associados à agrobiodiversidade local, com foco na valorização e resgate de sementes e cultivos tradicionais dos povos e comunidades indígenas;
- III. Identificar, propor e divulgar inovações tecnológicas, não convencionais de baixo impacto ambiental associadas à produção sustentável;
- IV. Estimular e apoiar as iniciativas produtivas indígenas de utilização e desenvolvimento de novas tecnologias sustentáveis; e
- V. Propor a elaborar estudos e pesquisas relacionados à produção sustentável, de segurança alimentar e nutricional.

b) Projetos de Geração de Renda

- I. Orientar e apoiar as comunidades indígenas e instituições parceiras na elaboração, implementação e gestão de processos, projetos e atividades sustentáveis relacionadas à geração de renda e ao acesso dos produtos indígenas aos mercados;
- II. Identificar e disseminar mecanismos que proporcionem condições justas e diferenciadas de acesso dos produtos indígenas aos mercados;
- III. Apoiar a obtenção de registros inerentes a sinais destrutivos para os produtos indígenas, tais como marcas coletivas, indicações de procedência, denominações de origem e certificações participativas; e,
- IV. Propor a elaboração de estudos e pesquisas relacionados à desoneração dos custos da produção indígena e à geração de renda, visando à formulação de mecanismos de melhoria ao acesso aos mercados.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

5. CONSIDERAÇÕES E SUGESTÕES AO ETNODESENVOLVIMENTO

5.1. Considerações

O PAP do Componente Indígena do PBA da UHE Belo Monte, que tem como objetivo valorizar as áreas de inserção do empreendimento visando a sua segurança alimentar e geração de renda para a melhoria da qualidade de vida das comunidades indígenas afetadas pela construção da referida hidrelétrica.

As atividades ora implantadas apresentam várias fragilidades as quais passamos a descrever baseadas nas entrevistas feitas às comunidades indígenas durante as visitas às aldeias, as atividades ou projetos.

É oportuno informar que até a presente data, não foi protocolado na Funai Sede e/ou Local os projetos que vieram das comunidades indígenas quando da consulta, as mesmas não receberam cópias dos projetos elaborados para o PAP.

Durante a incursão visitamos 24 aldeias, abaixo relacionadas na **Tabela 2**, destacando Terra Indígena, Aldeia, Etnia, População Absoluta e Rotas.

Tabela 2 - Aldeias Visitadas

Terra Indígena	Aldeia	Etnia	População Absoluta	Rotas
Apiterewa	<i>Kwarayapyá (Raio do Sol)</i>	Parakanã	129	Xingu
Apiterewa	<i>Xingu</i>	Parakanã	116	Xingu
Apiterewa	<i>Apiterewa</i>	Parakanã	170	Xingu
Apiterewa	<i>Paranapiona</i>	Parakanã	124	Xingu



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

Araweté	<i>Takati</i>	Araweté	47	Xingu
Araweté	<i>Paratatin</i>	Araweté	85	Xingu
Araweté	<i>Djuruanti</i>	Araweté	125	Xingu
Araweté	<i>Ipixuna</i>	Araweté	88	Xingu
Araweté	<i>Pakanã</i>	Araweté	85	Xingu
Araweté	<i>Aradyty</i>	Araweté	52	Xingu
Koatinemo	<i>Koatinemo</i>	Asurini	175	Xingu
Koatinemo	<i>Itaká</i>	Asurini	48	Xingu
Kararaô	<i>Kararaô</i>	Kayapó	60	Iri
Arara	<i>Arara Laranjal</i>	Arara	237	Iri
Arara	<i>Arombi</i>	Arara	34	Iri
Arara	<i>Magarapy</i>	Arara	23	Iri
Trincheira Bakajá	<i>Bakajá</i>	Xicrin	220	Volta Grande do Xingu (VGX)
Trincheira Bakajá	<i>Mrotidjan</i>	Xicrin	335	VGX



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

Trincheira Bakajá	<i>Pytakô</i>	Xicrin	75	VGX
Trincheira Bakajá	<i>Kenkudjoy</i>	Xicrin	55	VGX
Trincheira Bakajá	<i>Potykrô</i>	Xicrin	75	VGX
Trincheira Bakajá	<i>Krânh</i>	Xicrin	102	VGX
Trincheira Bakajá	<i>Kamotikrô</i>	Xicrin	38	VGX
Trincheira Bakajá	<i>Pykayakó</i>	Xicrin	70	VGX

As Atividades ou Projetos previstos para o exercício de 2013, segundo informações dos indígenas, foram, a seguir, elencados: a) Roças de subsistência consorciada (comunitária ou individual), mecanizada ou tradicional; b) casa de farinha; c) aviário; d) plantas frutíferas; e) cacau; f) Construção de Paiol (barracão); g) Extrativismo; h) apoiar com ferramentas para confecção de canoas; i) Estudo de mercado para produtos diversos, em especial, artesanato e castanha do Pará.

5.2. Roças de subsistência

As aldeias Kwarayapya (Raio do Sol), Bacajá, Mrotidjã e Pytakô, as aberturas das roças foram feitas de modo mecanizado, segundo os indígenas, em áreas de mata primária e secundária. Neste caso, em estágio inicial de recuperação, no Norte, comumente chamada de *juquirá* ou capoeira.

Nas Aldeias Xingu, Apiterewa, Parapionna, Takati, Paratatin, Djuruanti, Ipixuna, Pakanã, Aradyty, Koatinemo, Itaaká, Kararaô, Arara do Laranjal, Arombi,



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

Magarapy, Kukudjoy, Potykrô, Kranh, Kamotikrô e Pykayakó, as aberturas das roças foram feitas manualmente, visando manter as práticas tradicionais.

As roças mecanizadas e manuais (lê-se tradicional) apresentam-se consorciadas, geralmente, em culturas de mandioca, macaxeira, milho, abóbora, melancia, inhame, batata doce, cara roxo, arroz, e outros. Essa variedade de culturas agrícolas pode variar de comunidade para comunidade. Contudo, as culturas de mandioca e milho ocupam aproximadamente 90% das áreas cultivadas.

Nas roças, geralmente, são plantadas várias espécies de mandioca, sendo algumas de ciclo curto, levando em média seis meses para a sua maturação após o plantio e outras, de ciclo mais longo, levando em média doze meses para maturação, quando atingem, preferencialmente, o estágio para a fabricação de farinha e seus derivados.

Nas roças mecanizadas foi possível observar as culturas de milho e mandioca em vários estágios de crescimento, apesar de terem sido plantadas no mesmo período.

5.3. As Atividades ou projetos de avicultura

Segundo os indígenas, os projetos de avicultura que estavam previstos para o exercício de 2013, não foram implantados. Também, não souberam informar que categoria de produção ou espécies que estavam previstas no projeto.

5.4. As casas de farinha

Os indígenas relataram que as construções dessas casas estavam previstas para ao exercício de 2013 e, também, não ocorreram. Isso foi o maior motivo de queixas e descontentamentos das comunidades indígenas em relação aos PAP (Projetos de Atividades Produtivas).

5.5. A cultura do cacau



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

Na aldeia Koatinemo foi feito viveiro para 5.000 mudas de cacau, em área sombreada (mata rala), porém não se observou os pré-requisitos para construção do referido viveiro, além do que, com a enchente, o viveiro foi alagado, ficando as mudas de cacau submersa, segundo os indígenas a enchente no local chegou a 1,80 m com perda de 70 % das mudas, e as que restaram da enchente, não apresentavam boa qualidade, mesmo assim, a equipe da ENGETEC/AGRAR, realizou o plantio com os indígenas em área não totalmente apropriada para o plantio das mudas, pois apresentava pouco sombreamento além do que essas mudas encontravam-se tortas e não passaram por qualquer estaqueamento e amarrações no sentido de aprumar as referidas mudas, outro fator é que na região já estava finalizando o período chuvoso (inverno) e próximo do período seco (verão), impróprio para o plantio.

5.6. A atividade de fruticultura

A ENGETEC/AGRAR optou por mudas, ao invés de fazer viveiros nas aldeias. As mudas que estão sendo entregues (doadas) para as comunidades indígenas são as espécies frutíferas, a saber: laranjas do tipo doce e lima, tangerina, limão taiti, abacate, pupunha, manga, abacaxi, banana comprida e prata anã, jaboticaba, cupuaçu, jaca mole, coco, jambo e cana de açúcar. Durante a nossa incursão às respectivas Tis, algumas aldeias já tinham sido contempladas com as mudas, inclusive em algumas áreas já tinham sido plantadas. Com relação a essa atividade, também houve muitas queixas, tais como quantidades insuficientes e de má qualidade – na fala dos indígenas, algumas espécies solicitadas foram desconsideradas ou entregues em quantidades muito inferiores às solicitadas.

5.7. Construção de Barracão (Paiol)

Os indígenas das aldeias Kuaray'pya, Xingu, Paranapiona, Takati, Paratatin, Djuruati, Ipixuna, Pakanã, Koatinemo, Itaaká, Kararaô, Arara Laranjal, Arombi e Magarapy relataram que as construções destes Barracões estavam previstas para o exercício/2013 e, também, não ocorreram.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

5.8. Materiais para construção de canoas

Os indígenas da etnia Araweté, das aldeias, Takati, Paratatin, Djuruanti, Ipixuna, Pakanã, e Aradyty, relataram que estava previsto aquisição de ferramentas diversas para utilização na confecção das canoas no exercício/2013 e também, não ocorreram.

5.9. Limpeza de castanhais

Segundo alguns indígenas estavam previsto limpeza de castanhais para o exercício de 2013 e não ocorreu.

5.10. Pesquisa de Mercado

Segundo alguns indígenas estavam previsto estudos de mercado para venda de produtos extrativistas e artesanato a preço justo no exercício /2013, e que, não ocorreram.

6. ALGUMAS INSATISFAÇÕES, REIVINDICAÇÕES, AÇÕES NÃO REALIZADAS E INSEGURANÇA ALIMENTAR INFORMADAS PELAS COMUNIDADES INDÍGENAS VISITADAS PELA EQUIPE TÉCNICA.

O diagnóstico feito durante a visitação às aldeias, e mediante a verificação *in loco* dos projetos e atividades respectivas com relação ao PAP, carecem de serem observados e/ou corrigidos para o êxito do Programa.

Então, temos: **1)** Durante a incursão as Terras Indígenas/Aldeias e visitação às roças *in-loco* dos Projetos e Atividades Produtivas, podemos verificar que as roças de subsistência, na sua maioria são consorciadas e a cultura que predomina é da mandioca para fabricação de farinha e seus derivados, produto predominante na dieta alimentar daquelas comunidades indígenas; **2)** Nas roças mecanizadas, manual ou tradicional, na



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

sua maioria as culturas apresentam-se viçosas, deduz-se que seja pela preservação do substrato mantido no solo, isso com relação às roças mecanizadas e as cinzas após a queimada, no caso das roças tradicionais; **3)** O milho de variedade *AL BANDEIRANTE* plantado apresenta espigas de boa qualidade. Mas, algumas banguelas (entenda-se: com poucos grãos) e vários pés chegaram a pendoar, porém, não deram espigas.

Visitamos roças que os indígenas plantaram milho canelão e tradicional, sementes que eles já cultivaram anteriormente. Pode-se observar que o milho estava todo uniforme. Talvez seja o caso de avaliar, para que, nas próximas safras, seja cultivado esse milho em maior escala e a variedade *AL BANDEIRANTE*, conseqüentemente, em menor escala.

INSATISFAÇÕES

A seguir, enumeramos algumas “Insatisfações” sentidas no decorrer da visita técnica: **A)** faltou a assistência técnica informando o uso adequado de plantio das culturas agrícolas nas roças e outros; **B)** falta de ferramentas insumos e EPIs (Equipamentos de Proteção Individual); **C)** atraso na entrega das sementes para a época adequada do plantio, não respeitando o calendário agrícola; **D)** atraso na entrega das ferramentas para a época da feitura das roças, também não respeitando o calendário agrícola; **E)** as atividades de comercialização relacionadas ao extrativismo em especial da Castanha do Brasil, são feitas junto aos *regatões* ou na cidade de Altamira-PA, sem que haja um preço justo; **F)** as roças de cacau implantadas anteriormente, precisam de tratos culturais, poda e outros que não foram realizados; **G)** as casas de farinha existentes estão em condições precárias; **H)** a demora da ENGETEC/AGRAR para preparar as roças - alguns indígenas por iniciativa prepararam as roças e plantaram – as sementes de milho foram entregues em algumas aldeias fora de época, mas foram plantadas pelos indígenas; **I)** quanto a atividade de fruticultura não foi selecionado o local, e geralmente não estão respeitando os espaçamentos recomendados entre plantas e dimensões para abertura das covas; **J)** muitas atividades são realizadas ao mesmo tempo e as mesmas, junto com as reuniões, causam prejuízos no dia a dia das comunidades indígenas, inclusive nas tarefas de roça.

REINVIDICAÇÕES (“das falas dos indígenas”)

- “É necessário e urgente que se faça estudo de mercado, para aquisição de produtos extrativistas a preço justo”(...).
- “Que seja informado às comunidades indígenas, o período de visitação às aldeias das equipes técnicas, o objetivo e o período da viagem, a fim de nos programarmos para recebê-los”(...).



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

AÇÕES NÃO REALIZADAS

- Construção de casas de farinha;
- Construção de galinheiros e entrega de pintinhos;
- Aquisição de ferramentas diversas para confecção de canoas;
- Construção de Barracão (Paio!);
- Estudo de Mercado para comercialização da castanha do Brasil e artesanato.
- Para a atividade de fruticultura não foi selecionado o local, e geralmente não estão respeitando os espaçamentos recomendados entre plantas e dimensões para abertura das covas.

INSEGURANÇA ALIMENTAR

Algumas etnias estão passando por um estado de insegurança alimentar, e entendemos que se faz necessária o fornecimento de cestas básicas, pois, as roças apoiadas pelo PAP, as culturas de mandioca ainda não chegaram a sua maturação para o consumo, sendo estas culturas parte da dieta básica dos indígenas.

Durante a incursão, podemos identificar algumas comunidades indígenas (aldeias), passando por insegurança alimentar, a saber:

Terras Indígenas	ALDEIAS	ETNIAS	POPULAÇÃO ABSOLUTA
Araweté	<i>Ipixuna</i>	Araweté	82
Arara	<i>Laranjal</i>	Arara	237
Arara	<i>Arombi</i>	Arara	34
Arara	<i>Magarapy</i>	Arara	23

Essas etnias têm pouca roça de mandioca e as apoiadas pelo PAP, ainda não chegaram a sua maturação, além de serem pequenas, pois no período da feitura das roças, os indígenas estariam trabalhando nas atividades da construção das casas,



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

realizando as tarefas de transportar tábuas, perna-mancas e outras peças da floresta para a aldeia, bem como cimento, areia, prejudicando sobremaneira a feitura das roças.

Essas etnias estão adquirindo farinha de mandioca fora das aldeias para complementação de sua dieta alimentar, no entendimento da equipe se faz necessária a aquisição de farinha para os mesmos, até que suas roças de mandioca chegue à maturação para o fabrico da farinha, que deve ocorrer a partir de novembro/2014.

7. RELATOS DE INDIGENAS E OUTROS ATORES

“A ausência da FUNAI é prejudicial para todo o processo ora sendo executado e implementado” (...).

“... que todas as instituições governamentais ou não governamentais trabalhem em harmonia, respeitando o espaço de cada uma e as interfaces das atividades e/ou transversalidade” (...).

“A Funai tem o papel de fiscalizar” (...).

“Que a assistência técnica seja prestada durante todas as etapas do projeto;

“Pensávamos que com a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, tudo iria melhorar para nós, indígenas, em alguns casos, piorou, pois não temos farinha para nossa alimentação diária” (...);

“O que a Funai faz hoje, pois raramente vem as aldeias, quando da reestruturação, fomos informados que a Funai estaria mais presente e que teria equipe multidisciplinar para nos atender, o que não vem ocorrendo”(...);

“Hoje, sem a presença da Funai nas aldeias, nos encontramos sem referência, não temos com quem tirar as nossas dúvidas”(...);

“O que observamos é que muitas vezes, os funcionários da Engetec/Agrar tem muita dúvida com relação a área agrônômica, nos passando insegurança” (...);



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

7.1. Sugestões e Recomendações.

A seguir, relacionamos algumas sugestões complementares, a título de melhor qualificar o trabalho realizado na ocasião da visita às aldeias jurisdicionadas à CR do Centro Leste do Pará, do ponto de vista da equipe técnica.

Então, temos:

- 1) Os projetos devem ter uma lógica de implantação de forma a não atrapalharem os cotidianos das comunidades indígenas envolvidas;
- 2) Respeitar as formas de manejo das atividades relacionadas a sua forma tradicional de subsistência;
- 3) Mais cuidados na entrega de mudas de espécies vegetais levadas pela ENGETEC/AGRAR nas aldeias;
- 4) Há inversão de valores com relação às linhas de projetos, pois a ENGETEC/AGRAR tem de ouvir os indígenas com relação às suas necessidades ou anseios, para posteriormente chegarem a um entendimento com relação aos projetos a serem apoiados pela NESA;
- 5) Dadas às condições das mudas e sementes que chegam às comunidades indígenas, quanto à quantidade e qualidade das mesmas, a área preparada deixou de ser plantada, e desta forma ocasionou prejuízos a toda comunidade indígena;
- 6) Que a assistência técnica seja prestada durante todas as etapas do projeto, na oportunidade, alertamos que o ideal é que a empresa ENGETEC/AGRAR designasse profissionais para ficarem nas terras indígenas, de modo que a assistência técnica não sofra interrupção de médio e longo prazo. Pelas experiências acumuladas na Funai, caso isso não ocorra, os projetos estão fadados a não serem exitosos, pois os indígenas precisam ser estimulados quase que diariamente para as atividades de agricultura, especialmente os de recente contato, pois antes do contato, se dedicavam à caça, coleta e pesca;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundação Nacional do Índio

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

7) É imprescindível que neste exercício de 2014 sejam construídas as casas de farinha, pois, só assim, será possível o fabrico da farinha; a não construção acarretará prejuízos a todo o processo do Programa de Atividades Produtivas. Essa queixa tem sido recorrente em todas as comunidades indígenas;

8) Quando a equipe da ENGETEC/AGRAR chegou para a realização do diagnóstico e elaboração do projeto de subsistência: em várias aldeias as roças já estavam brocadas e derrubadas, faltando apenas as etapas de queima, encoivramento e plantio;

9) Durante a incursão da equipe da Funai para avaliação do Programa Atividades Produtivas do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA-CI) da UHE Belo Monte, referente a 2ª etapa, que ocorreu no período de 29/04/14 a 17/06/14 e, nos foi informado pelas comunidades indígenas que até aquela data as equipes da ENGETEC/AGRAR não haviam planejado em conjunto com as comunidades indígenas a programação das Atividades e/ou projetos a serem implantados no exercício 2014/2015. Ainda, nos foi informado por algumas comunidades indígenas que já haviam iniciado a broca da mata primária para a feitura das roças.

10) Na oportunidade, algumas lideranças informaram que para a realização da feitura das roças ou outras atividades, necessitam de ferramentas para o início dos trabalhos tais como: facão, lima, corrente para motosserra e outros. É preocupante essa falta de sintonia entre a ENGETEC/AGRAR e as comunidades indígenas assistidas pelo Programa de Atividades Produtivas, pois a não observância quanto ao calendário agrícola para realização das etapas de trabalho de campo, no preparo das roças e outros, sempre traz prejuízo para todo o processo, e muitas vezes, levando essas comunidades indígenas a insegurança alimentar.

11) Durante a visitação às aldeia, observamos que a aldeia Pykayakó, na Terra Indígena Trincheira Bakajá, etnia Xikrin, dispõe de uma área extensa plantada, sendo essas roças comunitárias e núcleo familiares, dispondo de várias culturas e o que mais nos chamou atenção foram as variedades de mandioca



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

plantada, observamos também, roças de cacau já produzindo e outros em fase de crescimento, além da pecuária leiteira.

Na oportunidade, consultamos os indígenas se eles autorizariam que fossem feitas visitas na aldeia para atividades de intercâmbio, uma vez que as atividades estão sendo exitosas, e se autorizariam a utilizar essa área como projeto-piloto para novas experiências. Eles sinalizaram que sim. Essa equipe técnica sugere que essa aldeia, seja um Polo para novas experiências, tais como um campo experimental e um Centro de Capacitação e/ou Formação.

8. REFERÊNCIAS

AAKER, J. W. *Marketing Research*. New York: John Wiley & Sons, Inc. 2001.

BRUSQUE, Francisco A. *Relatório do Presidente da Província do Pará*. In:

Jornal Porantim, ano XXIII, nº 240, Novembro de 2001. CIMI: Belém: PA.

BRASIL - FUNAI (Fundação Nacional do Índio). *Divulgação Institucional –*

Arara, Juruna, Kuruaya/Kuruáia, Xipaia. Coordenação Gestão Documental.

SDII-FUNAI(Divulgação). FUNAI: Brasília-DF. 2010.

TEIXEIRA-PINTO, Márnio. *Notas sobre os índios da Volta Grande do Xingu*.

UFPR (Universidade Federal do Paraná-PR): Curitiba-PA. 2010.

SARAIVA, Márcia P. *Identidade multifacetada: a reconstrução do ‘ser*

indígena’ entre os índios Juruna do médio Xingu. (Dissertação). UFPA -

Belém-PA: 2005.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

Outras fontes:

Plano Básico Ambiental (PBA) – Componente Indígena – UHE – Belo Monte –
Norte Energia S.A. 2011. 345 p.

Relatório NESA (Norte Energia S.A). Licença de Instalação n° 795/2011
(Ação n.º 6 – Plano Operativo - PO-PBA-CI). 2011.

Jornal PORANTIM. Ano XXIII, n.º 240, Nov. 2001. CIMI: Belém-PA. 2001
(Mimeografado).



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento

ANEXO



Casa de farinha em péssimas condições de uso - ***Aldeia Bakajá***



Roça consorciada com as culturas de mandioca, milho e outros -
Aldeia Bakajá



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento



Plantio de frutíferas em covas mal dimensionadas, faltando tratos culturais - ***Aldeia Bacajá***



Casa de farinha em péssimas condições de uso – ***Aldeia Kamoktikô***



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento



Plantio de muda de Coco, em cova mal dimensionada – ***Aldeia Kamoktikô***



Roça de mandioca – ***Aldeia Kamoktikô***



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento



Ralador de mandioca motorizado em péssimas condições de uso –
Aldeia Kenkudjô



Roça consorciada com várias culturas – **Aldeia Kenkudjô**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento



Manivas de mandioca fornecidas pela ENGETEC/AGRAR, segundo os indígenas, em péssimas condições, não plantadas – **Aldeia Kenkudiôi**



Manivas de mandioca fornecidas pela ENGETEC/AGRAR, segundo os indígenas, em péssimas condições, não plantadas – **Aldeia Krãnh**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento



Plantio de mudas de Coco, em covas e espaçamentos mal dimensionados – ***Aldeia Krãnh***



Roça de mandioca – ***Aldeia Krãnh***



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento



Casa de farinha em péssimas condições de uso – **Aldeia Mrotidjam**



Prensa artesanal em péssimas condições de uso – Aldeia Mrotidjam



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento



Limpeza de terreno para plantio de feijão de corda (Quarentinha) –
Aldeia Raio do Sol – Etnia Parakanã



Roça de mandioca consorciada com várias culturas – **Aldeia Raio do Sol – Etnia Parakanã**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento



Roçagem para plantio de feijão de corda (Quarentinha), no sistema abafado – **Aldeia Raio do Sol** – **Etnia Parakanã**



Casa de farinha em péssimas condições de uso – **Aldeia Raio do Sol**
– **Etnia Parakanã**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento



Plantio de mudas de Coco, em covas e espaçamentos mal dimensionados com cercamento trazendo prejuízo ao desenvolvimento da planta– **Aldeia Raio do Sol – Etnia Parakanã**



Plantio de muda de laranja em cova mal dimensionada – **Aldeia Raio do Sol – Etnia Parakanã**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento



Plantio de mudas de Coco, em covas e espaçamentos mal dimensionados com cercamento trazendo prejuízo ao desenvolvimento da planta – **Aldeia Raio do Sol – Etnia Parakanã**



Roça de mandioca em excelente desenvolvimento – **Aldeia da Etnia Araweté**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento



Roça de mandioca em boas condições de desenvolvimento – **Aldeia da Etnia Araweté**



Roça consorciada com as culturas de milho e mandioca – **Aldeia da Etnia Araweté**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento



Preparo do solo para plantio de feijão de corda (Quarentinha) –
Aldeia da Etnia Araweté



Casa de farinha precisando de reforma – ***Aldeia da Etnia Araweté***



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento



Casa de farinha em péssimas condições – **Aldeia da Etnia Araweté**



Plantio de frutíferas, em covas e espaçamentos mal dimensionadas –
Aldeia da Etnia Araweté



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento



Roça consorciada de mandioca e milho tradicional Araweté – **Aldeia da Etnia Araweté**



Viveiro de cacau após enchente – **Aldeia da Etnia Assurini**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento



Casa de farinha em péssimas condições – *Aldeia da Etnia Assurini*



Viveiro de cacau com restante de mudas após a enchente - *Aldeia da Etnia Assurini*



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento



Viveiro de cacau com restante de sacolas após a enchente – **Aldeia da Etnia Assurini.**



Cova aberta e não plantada – **Aldeia da Etnia Assurini**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento



Plantio de muda de cacau no local definitivo, apresentando poucas condições para rebrota – **Aldeia da Etnia Assurini**



Casa de farinha em péssimas condições de uso – **Aldeia da Etnia Assurini**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento



Roça de mandioca e macaxeira doce (variedade que os índios utilizam para fabricação do mingau) – **Aldeia da Etnia Assurini**



Roça de mandioca em excelente desenvolvimento – **Aldeia Pykayakó.**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento



Plantio de frutíferas, em covas e espaçamentos mal dimensionados –
– **Aldeia Pykayakó.**



Cultura do cacau – **Aldeia Pykayakó.**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento



Cultura do cacau – ***Aldeia da Etnia Assurini***



Plantio de muda de coco em cova mal dimensionada, faltando tratamentos culturais – ***Aldeia da Etnia Assurini***.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento



Raízes de mandioca acondicionadas em água para pubar e na sequência fabricação da farinha – ***Aldeia Pytakô***.



Cultura de abóbora – ***Aldeia Pytakô***.